



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 074

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------|-----------------------|
| Líder do Governo | Ângelo Vanhoni |
| Líder da Oposição | Durval Amaral |
| PTB..... | Carlos Simões |
| PFL..... | Plauto Miró Guimarães |
| PSDB | Valdir Rossoni |
| PMDB..... | Antonio Anibelli |
| PP | Duílio Genari |
| PT | Elton Carlos Welter |
| PDT | Barbosa Neto |
| PSL | Luiz Carlos Martins |
| PL | Mauro Moraes |
| PPS..... | Ratinho Júnior |
| PSB..... | Dr. Luciano Ducci |

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 068ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE AGOSTO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (53). Achando-se ausente os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Dr. Luciano Ducci (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito chamda nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte e oito Srs. Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 023/2004

Curitiba, 24 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 575.186,00 (quinhentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e seis reais), ao vigente orçamento do Fundo Previdenciário - FUPEN, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, aprovado pela Lei Estadual nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, com a criação da obra nº 001 - Construir, Ampliar, Reparar e Melhorar as Unidades do Sistema Penitenciário, visando atender as Unidades abaixo:

- construção no Setor de Ensino Previdenciário Estadual de Maringá;

- reforma e ampliação de edificação para a instalação da Penitenciária Feminina de Regime Semi-Aberto;

- construção de 2 (dois) barracões na Colônia Penal Agrícola;

- construção de cisterna na Casa de Custódia de Londrina;

- construção de guarita na Penitenciária Estadual de Piraquara;

- construção de guarita na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2003, do Fundo Penitenciário - FUPEN.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as

expressões do meu mais alto apreço e consideração.

ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado em crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, no valor de R\$ 575.186,00 (quinhentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e seis reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro do Fundo Peniten-

ciário - FUPEN, apurado no balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo anterior desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica criado o Anexo de Obras no Fundo Penitenciário - FUPEN, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, conforme Anexo III desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

| SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA | | A N E X O I | | | | | Fl. 01 R\$ 1,00 |
|-----------------------------|--|---------------------------|-------|--------------|-----|---------|---------------------|
| Cód. | Especificação | Natureza da Despesa | Fonte | Gr. Fonte | LDR | Valor | N.do Proc COP |
| 4900 | Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania | | | | | | |
| 4960 | Fundo Penitenciário - FUPEN | | | | | | |
| 2255 | Administração do Fundo Penitenciário - FUPEN | 4490.51 | 250 | 95 | L | 575.186 | 1434 |
| TOTAL | | | | | | 575.186 | |

| ACRÉSCIMO DA 02 RECEITA DESCENTRALIZADA 1,00 | | A N E X O II | | | | Fl. R\$ |
|--|--|--------------|--------------|---------|----------|------------|
| Código | Especificação | Fonte | Gr. Fonte | Valor | Processo | |
| | Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania | | | | | |
| 4960 | Fundo Penitenciário - FUPEN | | | | | |
| 1990.05.50 | Administração do Fundo Penitenciário - FUPEN | 250 | 95 | 575.186 | 1434 | |
| TOTAL | | | | 575.186 | | |

CRIAÇÃO DE
PROGRAMA DE OBRAS

A N E X O III

Fl. 03
R\$ 1,00

| Código | Especificação | Fonte | Gr. Fonte | ALO | Valor | Processo |
|--------|---|-------|-----------|-----|---------|----------|
| 4900 | Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania | | | | | |
| 4960 | Fundo Penitenciário - FUPEN | | | | | |
| 2255 | Administração do Fundo Penitenciário - FUPEN | | | | | |
| 950 | Estado | | | | | |
| 0001 | Construir, ampliar, reparar e melhorar as Unidades do Sistema Penitenciário (N) | 250 | 95 | L | 575.186 | 1434 |
| TOTAL | | O.F. | | L | 575.186 | |

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 026/2004

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Criação no currículo escolar do ensino, médio da disciplina de Legislação Social, com ênfase nos princípios básicos da Constituição (cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, etc), noções básicas de Direito Civil (direitos de personalidade - nome, imagem, intimidade, honra, capacidade emancipação, contrato de compra e venda, locação, posse, propriedade, formação de associações e sociedades, casamento, regime de bens, divórcio, alimentos, guarda de filhos, direitos sucessórios); noção básica de Direito do Consumidor; noção básica de Direito do Trabalho (direitos e deveres dos empregados, representação sindical).

2 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para inclusão da disciplina de que trata a presente indicação.

Sala das Sessões, em 24.08.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Grande parte dos cidadãos desconhece direitos básicos que possui. Descumpre a lei, não porque tem vontade, mas porque a desconhece. Não é preciso ser advogado, para conhecê-la. Os temas acima elencados interessam a todos os cidadãos e fazem parte do dia-a-dia de todas as pessoas. Muitos dos problemas discutidos atualmente nos juizados especiais não existiriam se as pessoas conhecessem seus direitos e deveres em relação a determinada questão.

Os temas podem ser ministrados em linguagem simples e de fácil compreensão. É uma disciplina atrativa porque sua aplicação se verifica no dia-a-dia dos alunos, o que não acontece com grande parte dos conteúdos min-

istrados. Por outro lado, com certeza, será matéria de grande utilização durante a vida da pessoa.

Para ministrar tais disciplinas, poderiam ser contratados profissionais da área jurídica.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 25 de agosto (quarta-feira) para às 10h00.

Sala das Sessões, em 24.08.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Ademar Traiano, Luciana Rafagnin, Natálio Stica, Nelson Justus, Dobrandino da Silva, Pedro Ivo Ilkiv, Elza Correia e Reni Pereira.

REQUERIMENTO Nº 1420

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Dulce de Macedo, ocorrido em 22 de agosto do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 24.08.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1427

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria Cristina Costa, esposa do Desembargador Tadeu Costa.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Nelson Justus

REQUERIMENTO Nº 1432

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos da Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Souza, carinhosamente conhecida como “Dona Mari-azinha Benzedeira”, ocorrido no dia 18 do corrente, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todas as pessoas que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento, tendo em vista o trabalho caridoso prestado à comunidade curitibana.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 24.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1433

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos da Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Tuchinski, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todas as pessoas que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 24.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1435

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo

falecimento do Sr. Osmar Zaninelo, ocorrido no dia 23 de agosto/2004.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Av. Tiradentes, 740 - Caixa Postal 152 - Maringá/PR - CEP: 87001-970.

Sala das Sessões, em 24.08.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no dia 23 de agosto de 2004, vítima de infarto fulminante, o Sr. Osmar Zaninelo com 54 anos de idade, advogado da Cúria Metropolitana de Maringá deixando esposa e dois filhos.

O passamento do Sr. Osmar Zaninelo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre os quais este Padre e Deputado.

Osmar Zaninelo residia no Município de Maringá onde desenvolvia trabalhos junto à Cúria Metropolitana, bem relacionado e estimado por todos, gozando de grande prestígio naquela região.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos. Resta-nos, todavia, um consolo: a certeza de que viveu com uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Osmar Zaninelo, endereçando a todos votos de profundo pesar, rogando a Deus para que lhe dê o necessário conforto neste momento de dor e tristeza.

REQUERIMENTO Nº 1426

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa sejam expedidas correspondências enviando votos de pesar à família da Sra. Helena Malucelli, pelo seu falecimento. (Av. Visconde de Nacar, 1441, 8º andar - CEP 80410-201).

Rogamos a Deus para que conforte a família enlutada neste momento de dor, bem como os amigos.

Sala das Sessões, em 24.08.2004.

(a) CIDA BORGHETI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 318/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Tênis, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Tênis, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, integra o Sistema Nacional de Tênis e tem por finalidade promover e aprimorar a prática desportiva da modalidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme Requerimento aprovado na semana passada, o pequeno Expediente de hoje está reservado à Secretária de Administração, Dra. Maria Marta, que irá fazer uma explanação do projeto de contratações provisórias que está nesta Casa e depois abrirá aos senhores Parlamentares para os questionamentos.

Com a palavra a secretária Maria Marta.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Gostaria de saudar a Secretária, e em nome também de nossos colegas Deputados. Vai ser importante a explanação. E também registrar a presença do Prefeito de Mamborê que aqui está, Magioni, e também a sua equipe, Juarez, também de Barracão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra a nossa Secretária Maria Marta.

A SRA. MARTA MARIA

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar quero agradecer a oportunidade desse convite para comparecer à Assembléia Legislativa e apresentar um pouco do trabalho da Secretaria do Estado da Administração, e também apresentar-me àqueles Deputados que eu ainda não tive a oportunidade de conhecer ou de conversar, porque procuramos fazer, na Secretaria de Administração, um trabalho de planejamento, um trabalho técnico, e essa oportunidade de vir aos senhores tentar explicar, ou conversar a respeito de um projeto de lei complementar é uma oportunidade inicial que, espero eu, continue em outras oportunidades para os outros aspectos da administração pública.

Antes de falar especificamente do projeto de lei complementar que possibilita ao Poder Executivo a contratação temporário por excepcional interesse público, é preciso fazer um panorama dos princípios constitucionais atinentes à administração pública, por que o sistema con-

stitucional, todo ele, ele trabalha como sistema, então as normas não podem ter contradição.

Assim sendo, no momento em que os serviços públicos são distribuídos pelas Unidades da Federação para a União, para os Estados e para os Municípios, e o próprio constituinte confirma como devem ser prestados esses serviços existem alguns princípios que daí decorrem, e um deles é o da continuidade da prestação desses serviços, - o que assume grande relevância na prestação dos serviços estaduais de segurança, de saúde, no caso dos estabelecimentos prisionais.

Esse princípio da continuidade do serviço público, ou seja, que ele não pode ter solução de continuidade, tem um outro princípio também da necessidade da intervenção estatal sempre que isso seja necessário para a satisfação plena das necessidades públicas.

Assim sendo, como a Constituição Federal estabelece esse sistema de normas, e nós temos essa obrigação, no caso do Poder Executivo, a quem estão afetos esses serviços, ao mesmo tempo temos também a possibilidade, ou a impossibilidade de que se venha ter a prestação de serviço público por servidor público, senão por concurso público de provas e de títulos na forma da lei. Entretanto, como uma exceção ao princípio da exigência formal de concurso público tem que ser também pelo contrapeso da necessidade da continuidade da prestação desses serviços. E foi assim desde as Constituições de 67, de 69, e também na nossa Constituição Federal de 1988, para possibilitar além daquele regime efetivo, da prestação de serviços públicos efetivos, a contratação, a chamada contratação temporária, onde esteja sempre presente o excepcional interesse público.

Porque, Srs. Deputados, na execução dos serviços públicos por parte do Estado, existe a delegação maior ou menor desses serviços. Nos casos da execução delegada, ela é feita por concessão ou por permissão, chamada indireta; e no caso da execução direta temos só três formas de contratação. Em primeiro lugar, o concurso público, como pressuposto indispensável para que o servidor público seja efetivo e depois estável. Temos a terceirização, no caso da contratação de empresa para prestação de serviços que não sejam inerentes à função pública. E também a contratação temporária, por dicção constitucional.

Até 1967 a Carta Federal estabelecia que essa contratação excepcional, que sempre existiu no regime democrático constitucional, depois de 1967, seria feita pelo regime celetista ou trabalhista. Posteriormente, em 1969, estabeleceu-se também a possibilidade da contratação temporária, sempre presente a expressão “excepcional interesse público”, mediante os requisitos que seriam dispostos em leis especiais.

Aqui no Estado do Paraná, antes de 1987, antes de termos o nosso Estatuto do Funcionário Público, tínhamos também a figura dos interinos e dos extra-numerários. Depois, com a Constituição de 69 e o Estatuto dos Funcionários Públicos, tivemos a previsão estatutária que

essas contratações temporárias seriam feitas pelo regime celetista, o regime trabalhista. Entretanto, desde 1988, a partir já do que disse a Constituição de 69, o constituinte não trata mais dessas contratações emergenciais ou por excepcional interesse público ou, como disse, para assegurar a continuidade dos serviços públicos mediante relação laboral, mediante relação celetista, mas, sim, mediante regime de lei especial. E debateu-se, também, no supremo Tribunal Federal se essa lei seria federal ou estadual, prevalecendo a tese que os Estados-membros têm autonomia para organizar os seus serviços e, portanto, também estabelecer as regras gerais desse tipo de contratação, que é normal dentro de uma exceção da regularidade dos serviços públicos.

A Constituição de 1988 foi muito mais rígida quando tratou da necessidade do concurso público como ingresso prévio para o serviço. Entretanto, manteve em seu artigo 37, IX, esta indicação, que lei estabelecerá o regime de contratação excepcional e temporário.

No Estado do Paraná essa disposição vem similar ao texto federal, quando pela emenda Constitucional nº 7 - e isso é importante frisar - os constituintes estaduais, no exercício do poder de revisão da Carta Estadual, estabeleceram em seu artigo 27, IX, o seguinte dispositivo: "lei complementar estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público". Sempre essa expressão "excepcional interesse público", que por certo deve ser preenchido pelos pressupostos de fato que ocorram em determinado momento.

Entretanto, entre nós no Estado do Paraná, independente dessa disposição que vigora desde o ano de 2000, por deliberação dos Srs. Deputados no exercício do Poder Constituinte derivado, já há lei no Estado do Paraná desde 1990, a Lei nº 9198, de 18 de janeiro de 1990, que dispõe sobre a contratação desses servidores, em caso de excepcional interesse público, e para atender à temporária necessidade dos serviços. Essa lei, regulamentada por dois decretos posteriores, e ainda uma segunda lei, datada do dia 06 de junho de 1994, fixou o prazo máximo de dois anos e a possibilidade de renovação por única vez dessa contratação temporária.

Então, na verdade, já existe desde o ano de 1990, e a partir da Constituição Estadual de 1989, dispositivo que autoriza o Poder Executivo a efetivar essas contratações, o que, na prática, para quem administra um Estado do tamanho do Paraná e considerando o imenso rol de serviços que são atribuídos ao Estado, é óbvio que essa situação acaba por acontecer e deve existir um mecanismo legal para que essas contratações se dêem dentro da legalidade.

Entretanto, muito embora desde 1990 esse diploma legal exista, os departamentos jurídicos da Secretaria da Administração e mesmo a Procuradoria Geral do Estado entenderam que essa Lei Ordinária, chamada Lei Ordinária de 1990, assumiria um status de Lei Complementar e poderia ser utilizada sempre e quando ocorresse

a circunstância, de fato, que autorizasse a contratação. Mas, considerando a necessidade de limitar e de melhor explicitar essas situações que ensejariam essas contratações temporárias, bem como deixar expresso de uma vez por todas qual o regime que deveria ser adotado para essas contratações, bem como para dar integral cumprimento à deliberação do Poder Legislativo local que tratava de Lei Complementar, porque entendeu que essa matéria assumia especial relevância.

Portanto, remeteu a matéria à votação por quórum qualificado à Secretaria de Estado da Administração, um protocolo que pode ficar à disposição dos Srs. Deputados, protocolo que nasceu pela elaboração do pessoal técnico da Secretaria de Estado da Administração, em abril de 2003, e teve a tramitação na sua parte inicial feito um retrospecto, como eu mesma fiz aqui, mas acompanhado de toda a discussão doutrinária e a posição jurisprudencial a respeito desse tipo normal de matéria dentro da administração pública.

Esse protocolo, onde foi apresentado um anteprojeto de lei, antes de ser enviado ao Governador para a apreciação e depois ter a remessa futura à Assembléia Legislativa, mereceu vários pareceres da Procuradoria Geral do Estado, uma vez que desde janeiro de 2003 as contratações temporárias no Estado do Paraná, por expressa orientação de pareceres aprovados pelo Procurador Geral do Estado, são feitas pelo chamado regime especial, e nesses pareceres também, desde 2003, tem sido dada a orientação à administração pública de quais os direitos que seriam outorgados a esses servidores, a esses contratados, quais os limites, quais os regimes previdenciários.

Entretanto, para atender a inúmeras manifestações do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Estadual, do próprio Tribunal de Contas, no sentido de evitar e fazer com que o Estado na sua administração direta não mais efetivasse contratações pelo regime celetista, este projeto de lei foi elaborado nessas circunstâncias; está agora em discussão nesta Casa de Leis e mereceu parecer da Procuradoria Geral do Estado, pelas mãos do professor Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira, que é professor e doutor em Direito Administrativo e que inclusive recomendou algumas alterações no texto da Lei, achando que ela era um tanto quanto limitada estabelecendo em números fechados quais seriam as hipóteses dessa contratação. E, para que fosse deixado claro também, neste projeto de lei, que não se tratava de contratação similar ou a exemplo daquela que ocorre por força da Lei 8666, a Lei de Contratações. Ao mesmo tempo quero fazer uma ressalva, lembrar aos Srs. Deputados que também neste estudo, neste protocolado que eu desde logo coloco à disposição para que os senhores possam verificar o teor dos outros pareceres que foram dados pela Procuradoria Geral do Estado, a respeito do assunto, tomou como base doutrinária um trabalho do professor Alvacir Correia dos Santos, prefaciado e apresentado pelo professor Cleverson Merlin que é o grande constitu-

cionalista paranaense que inclusive teve um trabalho, uma participação muito efetiva em nome da Procuradoria Geral do Estado, porque, além de ser professor de Direito Constitucional renomado ele teve uma grande participação nos trabalhos da Constituinte Estadual e com certeza colaborou também para a redação que hoje se vê na Constituição, no sentido de estabelecer efetivo de contratação mediante mecanismo da lei complementar.

Esse projeto de lei que hoje está sendo discutido, na verdade estabelece uma limitação ao Poder Executivo local para que efetue essas contratações. Ele não traz um número determinado de contratações porque elas serão temporárias e ocorrerão sempre que, na prática, no plano dos fatos, das necessidades públicas da coletividade, houver esta exigência. Mas os senhores, lendo os diversos dispositivos que hoje estão sendo apreciados, poderão ver que há uma limitação de tempo e de número e que qualquer atitude do Poder Executivo no sentido de contratar essas pessoas para fazer frente às necessidades temporárias e de interesse da população estará sujeita a todo tipo de controle que a atividade administrativa do Estado, do Poder Executivo está em todos os momentos, seja por parte do Tribunal de Contas, que hoje faz um trabalho extremamente relevante, não só um controle de contas, ou um controle formal da legalidade dos atos da administração pública mas também tem auxiliado, por demais, as Secretarias da Administração e do Planejamento para que encontrem, dentro dos critérios da legalidade, as saídas para as diversas dificuldades que nos são postas no dia-a-dia.

Então, esse projeto de lei tem estas limitações. Estabelece, sem sombra de dúvida, que essa contratação se dá por ato administrativo chamado Contrato Administrativo, assegurando aos servidores aqueles direitos do Artigo 34 da Constituição Estadual, a não ser aqueles direitos que sejam inerentes ou ligados à efetividade de um provimento público de cargos.

Estabelece também que esses servidores e o Estado do Paraná, enquanto contratante, deverá recolher a contribuição previdenciária para o Regime Geral de Previdência de acordo com o Artigo 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

O paradigma para apresentação dessa matéria que hoje está sendo submetida ao crivo dos Srs. Deputados, foi a Lei Federal 8745 de 1993 ou seja, também a União Federal não tendo tanto cuidado como teve o Constituinte estadual ao estabelecer a necessidade de uma lei complementar, estabeleceu de uma forma similar àquela que hoje está sendo proposta, as formas, a natureza e as possibilidades desse tipo de contratação. Da mesma forma, sem adentrar ainda nos aspectos individualizados do projeto de lei no seu todo, é preciso dizer que em momento algum um projeto dessa natureza, que visa regulamentar por orientação do pessoal técnico, do pessoal jurídico da Secretaria de Estado da Administração e mesmo da Procuradoria Geral do Estado uma matéria que estava sem ter a devida regulamentação determinada pelo Con-

stituinte Estadual, de nenhuma forma estará invadindo ou criando a oportunidade da prática de um ato inconstitucional. Sem dispensar em momento algum o provimento efetivo de cargos públicos por concurso público.

Por outro lado mesmo essas contratações não estarão a salvo dos limites todos previstos hoje pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, dirão os senhores: “No caso de uma contratação temporária, de uma contratação excepcional não há necessidade de se prever um concurso público?” Claro que sim, mas como disse no início, são duas as questões postas e dois os problemas postos ao administrador público entre tantos outros que nos são colocados diariamente. Em primeiro lugar, a continuidade dos serviços no caso de uma eventual paralisação e os danos que podem ser sofridos, as lesões de difícil e irreparável solução a quem podem estar expostos os administradores no caso de uma paralisação do serviço. E ao mesmo tempo, preservar que essa continuidade se dê.

Mas, da mesma forma, a prática dos concursos públicos regulares o estabelecimento de um planejamento em termos de ingresso para a administração pública é um trabalho árduo, um trabalho que também estamos tentando fazer. Estamos começando a fazer já há algum tempo na Secretaria da Administração, para que possamos, dentro das necessidades que nos são apresentadas pelos diversos órgãos públicos, sopesando essas necessidades com a disponibilidade orçamentária e financeira do Estado perante os rigidíssimos controles hoje da Lei de Responsabilidade Fiscal, que aliás não são só esses, também todos aqueles de comprometimento de dívida, a questão do ajuste fiscal junto ao tesouro federal. Então, temos que fazer sempre uma espécie de jogo de xadrez ou sinuca para conseguir conciliar essas duas coisas o tamanho da folha de pagamento, o número de ingressos, a necessidade de serviços e a sua continuidade, a continuidade da necessidade desse serviço dentro dos quadros do Estado.

Então, por certo, é tarefa do Executivo antes de fazer a contratação temporária, que tenha um programa, um projeto, uma política de ingresso de recursos humanos.

Isso não pode ser feito de forma indiscriminada e exige todo um trabalho conjunto e em equipe. Não só da Secretaria da Administração, como também da Secretaria do Planejamento e da Secretaria da Fazenda.

Para os senhores terem uma idéia, desde 2003, já assumindo um concurso que foi realizado no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, houve um ingresso no Estado do Paraná mediante concurso público e mediante provimento de cargos públicos de 15 mil e 23 servidores efetivos. Ao mesmo tempo para 2005 está sendo programado, projetado, está no nosso cronograma de elaboração de concursos ingressos que totalizam 29 mil e 50 servidores. E para os senhores terem uma idéia, tivemos que constituir a partir de um grupo de trabalho nas Secretarias de Administração, Planejamento e Fazenda um grupo de

peçoas que tivesse muito presentes o total das despesas com pessoal. Ao mesmo tempo que nos debruçássemos sobre as necessidades dos diversos quadros para que isso seja escalonado.

Por quê? Como os senhores sabem melhor do que eu, é agora a oportunidade de elaborarmos o Orçamento do ano que vem. E aquelas despesas que não estiverem contempladas no orçamento do ano que vem, idem. E aquelas despesas que não estiverem contempladas no orçamento do ano que vem devidamente orçadas e devidamente justificadas, será muito difícil nós fazermos a sua realização.

De uma forma geral era esse o panorama constitucional e do projeto de lei, que eu queria trazer à apreciação dos senhores dizendo mais alguma coisa que eu considero de suma importância, porque tive o cuidado, quando li as diversas notícias que saíram no jornal a respeito dos comentários sobre esse projeto de lei complementar, que nós pudéssemos ter a oportunidade de conversar sobre ele. Como ele nasceu da mão dos meus técnicos da Secretaria do Estado da Administração e passaram pela mão de juristas, aqueles que estão acostumados a fazer pareceres sobre projetos de lei, talvez aja muita coisa a melhorar, muita coisa a ser feita em conjunto.

Com certeza, essa é uma oportunidade, um pretexto para que eu possa estar aqui presente, não só nessa matéria, como em outras tantas, poder colher dos senhores, sugestões. Buscar talvez até a modificação de algum dispositivo, uma redação mais coerente com a técnica legislativa, pois os senhores sabem fazer isso melhor do que nós.

Sobre os aspectos da lei, especificamente, ela estabelece os casos elencados esses diversos casos da possibilidade de contratação, por determinação ou orientação da Procuradoria Geral do Estado, que deixa ainda uma margem para situações de calamidade pública, para que isso seja fixado independentemente daqueles números fechados. Estabelece os direitos desses servidores, todos ele de acordo com o texto constitucional, não assegurando a esses servidores, entretanto, quaisquer direitos que sejam inerentes à função pública efetiva ao provimento de cargo público. Ao mesmo tempo estabelece prazos diferenciados para que essa contratação se dê.

Esta fazer ainda no caso do prazo uma lembrança do que nós estamos construindo na Secretaria do Estado de Administração. Essas contratações temporárias, como já disse, foram feitas desde o Regime de 67, depois da Lei Estadual de 1990, e por um longo tempo o Estado fez essas contratações pelo regime celetista e, sem o devido controle desse número de contratados teve a impossibilidade dessa rescisão ao longo do tempo, aonde, nós chegamos a contar então, pela interpretação dos Tribunais da Justiça do Trabalho, com verdadeiros contratos por prazo indeterminado, o que é absolutamente irregular, e nos gerou uma série de situações hoje práticas, que estamos buscando consolidar e regularizar ao longo dessa gestão.

Portanto, sobre o ponto de vista da Secretaria é uma proposta que foi trazida aos senhores, dentro de um critério absoluto de normalidade de prestação de serviços públicos e, com certeza, buscando aprimorar esse mecanismo, até porque no caso das contratações temporárias ou por excepcional interesse público os senhores mesmos têm o contrato com os seus eleitores, com a comunidade. Mesmo tendo ciência, nos jornais acontece esse tipo de fato. O mais recente que lembro agora é a questão da contratação que foi necessário ser feita na Santa Casa, lá em Paranaguá. Nós tivemos que intervir. Tivemos que fazer uma contratação dessa natureza, porque a situação de emergência, a situação de excepcional interesse público estava presente. Nada pior do que a morte, a doença, enfim, sem que o Estado dê resposta, para nos sentirmos amarrados em algum sentido.

Reiterando o meu agradecimento, espero que possamos ter condições de em outras matérias, em outras oportunidades, tantas vezes quanto for necessário virmos aqui, à Assembléia. Talvez não eu sozinho, mas com os meus técnicos explicitar aos senhores deputados, o que nós estamos fazendo, não só na área de recursos humanos, como também na questão das contratações administrativas, a questão da despesa de pessoal.

Enfim, a Secretaria do Estado da Administração, é hoje uma Secretaria aberta, que não tem um cunho político, porque não é o nosso trabalho fazer política. Temos que dar suporte à logística, ao Estado, para que as Secretarias, Órgãos e o Estado do Paraná dêem respostas a população. Então, somos uma Secretaria aberta onde tudo pode ser mostrado, onde tudo pode ser conversado.

Agradeço a atenção dos senhores e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem de inscrição, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Sra. Secretária, a Lei 8666/93 já dá a possibilidade de o Estado contratar serviço público por um caso excepcional. Por outro lado, quero lembrar à senhora, que o governo que V. Exa. representa, em 1993, no caso específico da SANEPAR, contratou duas empresas chamadas Maison e Mercados. Foi criado um Plano de Emergência 93-94. Nesse plano foram contratadas mais de 1000 pessoas e esse contrato se prolongou por mais de sete anos e essas empresas contratadas não recolheram a plenitude dos seus encargos sociais, ficando por conta do Estado essa responsabilidade. Lembro ainda a V. Exa. o Artigo 37 da Constituição.

Pergunto a V. Exa. quanto significa, na Folha de Pagamento, a despesa com os terceirizados? Qual a importância economicamente, dentro da Folha entre aqueles que são terceirizados, que já têm a concessão, que são contratados de empresas, enfim, para começar? Gostaria que V. Exa. abordasse esses temas e também,

notando da responsabilidade de improbidade administrativa pelo administrador público de contratar alguém, sem o concurso público, além do que nós não encontramos na Mensagem parâmetros para que o Executivo contrate uma determinada pessoa. Ele não vem discriminado.

Qual o parâmetro que o Executivo vai adotar para a remuneração de um contratado, sem concurso público?

A SRA. MARIA MARTA

Deputado, começo respondendo que, de forma alguma a proposta vem a substituir o concurso público ou a necessidade de concurso público. A contratação temporária e excepcional que tem assento constitucional, como já disse desde o começo, é tratada pelo constituinte dentro do sistema constitucional, para que se busque a não “solução de continuidade” da prestação dos serviços públicos. Então, não há burla de forma alguma, ao princípio de concurso público. O chamamento, nos casos em que há essa contratação temporária, a necessidade comprovada em determinado momento, de se fazer essa contratação temporária é feita mediante um teste chamado Teste Seletivo Simplificado, que não prescinde em momento algum da ampla publicidade, isso sim é que se exige.

Quando se trata de calamidade pública de questão de saúde, de questão de segurança, ou a calamidade como se diz, a expressão que deve ser preenchida no momento da contratação, pode-se tratar de uma contratação sem o necessário teste seletivo.

Portanto, está claro e, sei lá, está no próprio texto constitucional que, em nenhum momento, está se substituindo a necessidade de concurso público para provimento de cargo de natureza efetiva.

Em segundo lugar, no que se refere à contratação e à prestação de determinado serviço pela Lei de Licitação, como disse também, no expediente que deu origem ao anteprojeto de lei, essa matéria foi enfatizada no sentido de que o contratado pela Administração Pública, mediante prévio procedimento de licitação e mediante o chamado “contrato administrativo *strictu sensu*, não se submete ao regime público, não se submete à ordem, à disciplina ou ao trabalho imposto pelo ente contratante, que, o caso dos serviços licitados, ele tem um controle do contrato mas não do trabalho desempenhado pelas pessoas. Então, muito embora seja uma contratação temporária, por um prazo determinado, existe a submissão, sim, a um regime de direito público, a um regime que não é nem estatutário nem trabalhista. Mas, existe sim, a submissão a um regime.

Tenho a despesa dos terceirizados para depois, mas gostaria apenas de dizer que o caso que o senhor citou, enfim, na questão do não recolhimento, é justamente por conta destes problemas que podem ocorrer em determinado momento, onde se busca regularizar este tipo de contratação, para que os direitos sociais dos trabalhadores sejam cumpridos. E serão cumpridos diretamente pelo Estado e não por uma empresa, no caso dos tercei-

rizados, quando por mais garantias que se possa solicitar, no caso de licitação, isto sempre pode causar um problema futuro. Enfim, no caso da contratação temporária eles são contratados com a responsabilidade direta do Estado, tendo seus direitos preservados, inclusive quanto ao recolhimento da contribuição para o regime geral de Previdência.

Como disse, hoje temos estes contratos centralizados na Secretaria de Estado da Administração, possibilitando, inclusive, que no momento e no término destes prazos regulamentados e onde o contrato é feito, quando findo este prazo, na rescisão, ou enfim, o final deste contrato seja imediato, que haja a cessação dos pagamentos, para se evitar, justamente, as situações que foram vistas ao longo dos anos, destes contratos chamados por prazo determinado, se transformarem em contratos trabalhistas, enfim, por prazo indeterminado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Acho que faltou a resposta do significado da folha dos terceirizados e faltou, também a proposta do parâmetro de contratação e qual a emergência que se apresenta no momento, para que o Governo deseje contratar sem concurso público.

A SRA. MARIA MARTA

O parâmetro será visto de acordo com a necessidade que ocorre. Se nós precisamos de pessoal de apoio administrativo, sem maior rigor técnico, o chamamento levará em conta estas condições. O projeto, por sinal, remete à necessidade de que seja regulamentado o teste seletivo simplificado, para que isto ocorra.

Agora, como disse anteriormente, como se trata de verificação *in loco* e no momento em que a necessidade ocorre, não é possível fixar *ad initio*, enfim, *a priori*, um número de contratações mediante um projeto de lei. É justamente para possibilitar uma certa flexibilização no sentido do atendimento da necessidade, da emergência, e ao mesmo tempo, volto a repetir, o projeto quando elenca os fatos que dão ensejo a este tipo de contratação, ele vem limitar o poder contratante, vem limitar a possibilidade de se efetivar determinada contratação. Os critérios serão aqueles coerentes e condizentes com o tipo de função que se espera daquele contratado direto.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas, V. Exa. há de convir que no artigo 8º, inciso II, é importante que se ressalte a finalidade de demonstrar a transparência do poder, em nome da administração pública, pois o dispositivo prevê a possibilidade de remunerar os servidores nas condições de mercado, de trabalho, para as funções que não tenham semelhança com serviços públicos estaduais.

Há um caso, muito subjetivo. Não há uma afirmativa positiva de V. Exa., para que se precisa contratar, neste momento; para que o Poder Legislativo tenha que dar este cheque em branco ao Poder Executivo, se V.

Exa. não diz a emergência, se V. Exa. não diz o parâmetro que vai usar para contratar esta ou aquela pessoa, sem concurso público.

Eu acho que V. Exa., como Secretária da Administração, deve nos dar esta afirmativa positiva e ao mesmo tempo revelar a importância da folha dos tercerizados.

A SRA. MARIA MARTA

Conforme está dito na proposta do artigo 8º, estão fixados ali todos os critérios que sejam possíveis fixar no anteprojeto de lei, como eu disse de início, sem se saber qual será o fato que ensejará a contratação excepcional, ou temporária; ela é prevista em três artigos e um parágrafo.

E, justamente no inciso 2, que é o mais comum e que abrange todas as hipóteses do um ao doze, está estabelecido ali a fixação do critério de remuneração inicial constante dos planos de retribuição, ou nos quadros dos cargos e salários do serviço público para servidores que desempenham funções semelhantes, ou não existindo a semelhança, as condições do mercado de trabalho.

Essa redação está idêntica àquela que tem na legislação Federal, e o que se estabelece é que, no que se busca em termos de contratação, onde haja semelhança do serviço, a remuneração inicial, mas como disse, está fechado, aqui a questão do pesquisador, do professor visitante, e nas condições de mercado de trabalho quando, por exemplo, tivermos alguma necessidade que venha acontecer, não sabemos, enfim, uma calamidade, uma necessidade de intervenção do Estado, onde o Estado mesmo justamente por não ter como suprir aquela necessidade mediante a utilização dos seus servidores se vê na contingência de contratar um profissional para prestar determinados serviços...

O SR. NEIVO BERARDIN

Se me permite, V. Exa. pode se valer da Lei nº 8666 de 93 para esse caso específico.

A SRA. MARTA

A Lei nº 8666 como já disse, eu tenho aqui três ou quatro Pareceres da Procuradoria Geral do Estado no sentido de afastar sob o ponto de vista jurídico de interpretação de diversos autores da dicção do texto constitucional quando trata: "lei fixará os parâmetros para contratação de serviço por excepcional interesse público e contrato temporário", deixar de lado aquelas contratações que dizem respeito às compras e às prestações de serviços decorrentes dos contratos oriundos da lei de licitação. Então, isso é feito por recomendação e por interpretação do próprio texto constitucional. Quando a Constituição diz que podemos licitar e contratar no mercado, enfim, empresas para prestação de determinado serviço, é certo que não está fazendo referência no caso das licitações a prestação de serviços inerentes a função pública. Temos as funções típicas de Estado que são aquelas enumeradas pela Constituição, e tem as funções

que são prestadas pelo Estado, no caso do Estado do Paraná aquelas funções que estão arroladas na Lei nº 13.666, enfim, o Estado só tem possibilidade de contratar mediante utilização dos instrumentos da Lei de Licitação quando esses serviços, quando essa matéria, quando essa necessidade pública não seja passível de prestação de serviço por conta de pessoal, de função permanente.

Uma questão é a contratação temporária, outra coisa é a função permanente de Estado; e sendo uma função permanente de Estado, uma função de servidor público, de contratado que atende a necessidade pública permanente, não há possibilidade de se fazer a contratação. Aliás, esse também é um limite que nós temos por conta do próprio Ministério Público do Trabalho que está sempre muito atento a que não façamos, mediante licitação ou tercerização, como queiram os senhores, enfim, a prestação de serviço daquelas funções que são de servidor público provido por concurso público, ou pela contratação por prazo determinado até que esse concurso se efetive.

O SR. NEIVO BERARDIN

E a importância dos tercerizados na folha, V. Exa. pode nos informar?

A SRA. MARIA MARTA

São quinze milhões, duzentos e quarenta e dois.

O SR. NEIVO BERARDIN

Num total de quanto?

A SRA. MARIA MARTA

De uma folha de trezentos e sessenta e seis milhões, duzentos e quinze.

O SR. NEIVO BERARDIN

E dentro da lei de responsabilidade fiscal, em que patamar nós estamos no Estado?

A SRA. MARIA MARTA

Essa informação vai estar disponível quando fechar o quadrimestre, agora, no último dia do mês de agosto. Aí, eu acho, que nós vamos fazer uma nova projeção tomando em conta o crescimento ou não da receita.

O SR. NEIVO BERARDIN

Esses quinze milhões estão dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal?

A SRA. MARIA MARTA

A Lei de Responsabilidade Fiscal elenca como despesa de pessoal todas aquelas referentes à remuneração, subsídios, vantagens de qualquer natureza que sejam deferidas a funcionários públicos e estabelece que sejam computadas como outras despesas de pessoal aquelas decorrentes dos contratos de tercerização de mão-de-obra.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quer dizer, então, que os quinze milhões estão dentro da norma da...

A SRA. MARIA MARTA

Da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. NEIVO BERALDIN

Certo!

Por enquanto era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Sr. Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Sra. Maria Marta, Secretária de Administração.

Eu escutei atentamente a sua palestra, por assim dizer, e fiquei procurando entender o porquê da necessidade de uma lei para tratar de exceção. O Estado tem que se fundamentar em cima de um arcabouço jurídico de lei para tratar de um contexto geral e não em cima de exceção.

Percebi, em alguns momentos da sua fala, que justificou essa lei em cima de uma necessidade de atender excepcional interesse público, mas estaríamos legalizando uma situação excepcional e isso me coloca um certo medo porque daqui a pouco nós vamos estar legislando em cima de exceções e, infelizmente, em cima de exceções não dá para construir um Estado democrático de direito.

Uma das perguntas que eu teria a fazer é se já existe a Lei nº 9198 que trata disso, a 8666, como disse o nobre Deputado Neivo Beraldin. Inclusive, a 9198, pelo que a senhora proferiu, permite até, durante o mandato contratar uma pessoa por dois anos e prorrogar por mais dois anos, desde que se demonstre a excepcionalidade. Agora, o que eu fico perplexo é que se existe essa necessidade demonstrada, nós teremos que criar o concurso público porque daí essa necessidade está dentro de uma regra geral. Agora, se estamos fazendo uma lei para atender uma excepcionalidade do Estado, me parece que temos que nos apegar às leis existentes, porque, senão, como disse o Deputado Neivo Beraldin, estaríamos assinando um cheque em branco para o Poder Executivo que, embora todos os atos administrativos tenham que decorrer daqueles pressupostos legais e, com certeza, não haveria desigualdade e nenhum tipo de privilégio na contratação dessa ou daquela pessoa, isso nós temos certeza, porque o Ato tem que ser revestido disso, mas me parece que seria o caso de estendermos mais adiante se não for assim uma lei para atender um buraco da excepcionalidade, aumentando os cargos em comissão.

A SRA. MARIA MARTA

Nobre Deputado Reni Pereira.

Se afirmarmos que estamos tentando regularizar ou legalizar a exceção, eu diria ao senhor que é verdade,

mas não sou eu que estou dizendo isso, nós temos o artigo 37, inciso 9º da Constituição Federal que deve ser interpretado em conjunto com o artigo 37 I da Constituição Federal, ou seja, o primeiro deles que estabelece que os cargos e empregos em função pública são acessíveis aos brasileiros que fizerem concurso público; no inciso 2 - investidura em cargo depende de aprovação prévia em concurso público de prova e de títulos, enfim, o princípio constitucional do concurso público. Ao mesmo tempo, o inciso 9º diz que a lei estabelecerá os cargos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária e de excepcional interesse público. É uma exceção ao princípio que deve ser geral e rígido do provimento de cargos mediante concursos. Claro que esta lei - a que alude o dispositivo constitucional, não quer dizer a necessidade de aprovação por parte da Casa de Leis, seja federal seja estadual, de uma lei para cada caso que ocorra ou para hipótese de excepcional interesse público.

Então, o senhor afirma que realmente é legalizar a exceção? É. Ao mesmo tempo, se o Constituinte Federal assim disse, o Constituinte Estadual, os Deputados Estaduais Constituintes, na revisão que foi feita na Constituição Estadual no ano de 2000, foram mais rígidos ainda com relação a essa exceção ao princípio do concurso público, porque no artigo 27, estabeleceu justamente que essas exceções à regularidade do provimento de cargos públicos por concurso, deveriam ser tratados pelos senhores Deputados, mediante quórum qualificado por lei complementar.

Poderíamos ter deixado a lei de 1990 como ela estava, mas por uma questão de apontamento dos técnicos da Secretaria de Administração Pessoal que trabalha cotidianamente com a folha de pagamento e o pessoal que também é responsável, lá naquele prédio da Santa Cândida, de fazer com que a prestação dos serviços públicos chegue ao cidadão e que nós tenhamos mão-de-obra para isso, entendeu que a lei que existia, de 1990, não era clara o suficiente para que todas essas contratações por tempo determinado, por excepcional interesse público, se dessem pelo regime de direito público e não pelo regime celetista.

Existia uma séria de dúvidas a respeito dos direitos desses servidores e por isso fizemos lá um trabalho a várias mãos que depois foi analisado pela Procuradoria Geral do Estado.

Nós estamos tentando aprimorar a legislação que trata da exceção. É conveniente isso? Talvez até não seria, não atenderia o princípio da constitucionalidade, da estrita legalidade, porque o projeto de lei que hoje está sendo discutido, a nossa proposta, é um pouco mais fechada do que a lei de 1990.

O que nós buscamos foi fazer com que o dispositivo da Constituição Estadual fosse regulamentando porque o Constituinte entendeu que deveria ser assim. No momento que tínhamos uma lei lá de 1990, depois tem um dispositivo da Constituição do Estado do Paraná de

2000, que diz que é uma lei complementar que vai estabelecer essas hipóteses, vai tratar desse regime especial, entendemos que tecnicamente seria apropriado que estabelecêsemos da forma mais detalhada, mais coerente possível, com os outros princípios constitucionais.

A tentativa dos nossos técnicos, lá da Secretaria, é aprimorar os dispositivos que já existem.

O SR. RENI PEREIRA

A senhora falou a questão de doutrina.

Eu, sinceramente, encontrei doutrinas e doutrinas falando contrário a esse entendimento. Mas, o que gostaria também, acho que V. Sa. entendeu quando eu colocava, que se é uma exceção ou se é uma situação de fato, objetiva, que vai perdurar no Estado do Paraná.

Se for uma exceção, precisamos mesmo desta lei para determinar as condições objetivas. É uma exceção que está se apresentando no Paraná. Dentro desse setor a quantidade necessária para suprir isso é de tantas pessoas qualificadas e vai se encerrar essa situação na data tal se não for assim, teremos que adequar e fazer o concurso público, porque a racionalidade do erário público também tem que se colocar. Se essas pessoas estão prestando um serviço público, é natural que se exija um treinamento.

Como é que vamos fazer um treinamento para uma pessoa exercer a sua função por dois ou três meses e depois ser dispensada pelo Estado?

A SRA. MARIA MARTA

Deputado, a questão de se estabelecer em que circunstâncias, de uma forma genérica, que também possam contemplar aquelas situações que vão surgir no futuro, estão enumeradas no anteprojeto de lei. Se dissermos que é uma situação que está acontecendo no ano de 2004, não é só hoje. Na prestação continuada dos serviços públicos acontecem calamidades, acontecem problemas, inclusive em determinados concursos que são abertos e existe um cronograma para a feitura desses concursos a partir de uma publicação do edital.

Então, o Estado tem que estar armado e devidamente organizado para essa exceção à regra do concurso público, que não é de hoje, ano de 2004, nem de ontem, de 1990, mas que provavelmente vai ocorrer sempre e infelizmente: questões de calamidade pública, ligadas à segurança, ligadas à prestação do serviço dentro do regime penitenciário. Enfim, é, dentro de uma exceção, um mecanismo normal. E o que se fez foi tentar contemplar o mais próximo da realidade, daquilo que historicamente tem acontecido e acontece não só na administração estadual como na administração federal, quais as hipóteses que poderiam propiciar esse tipo de contratação.

E a doutrina também, volto a repetir, está à disposição aqui dentro dos nossos estudos que fizemos lá na Secretaria para embasar o texto que trouxemos e que,

como já disse também, pode ser aprimorado, pode ser melhorado.

O SR. RENI PEREIRA

Agradeço sua resposta, mas só gostaria de lembrar que se é uma exceção, já existe previsão legal tanto no âmbito federal quanto estadual para atender essas exceções.

Agora, me preocupa se não estamos abrindo aí uma larga avenida para daqui a pouco também nos Municípios começar a ocorrer essa brecha também.

A SRA. MARIA MARTA

Os Municípios, provavelmente, têm em suas leis orgânicas a possibilidade de contratação temporária e excepcional. Todas as pessoas políticas que têm atribuídas a si a prestação de serviços públicos podem, por texto constitucional federal, em determinado momento e preenchidas as circunstâncias, de ter a possibilidade de efetivar esse tipo de contratação, independentemente do concurso; não é uma brecha que nós estamos abrindo com esse dispositivo de lei. O que se está fazendo, como eu já disse, é limitar a atuação, porque o texto constitucional sozinho é muito amplo.

O SR. RENI PEREIRA

É justamente isso que falei, porque se é uma exceção, já existe regra.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente!

Dra. Maria Marta, gostaria de fazer-lhe algumas considerações e algumas perguntas.

Primeiro com relação ao projeto, porque, quando recebemos o projeto na CCJ, na terça-feira passada, solicitei vistas, pessoalmente acho que o projeto é muito amplo - a rigor permite tudo. O projeto da forma como está - e acredito que vamos caminhar no entendimento de fazer-lhe um Substitutivo, permite tudo. Quer dizer, embora seja adequado em alguns casos à Lei nº 8745, de 09 de dezembro de 1993, ele vai além da lei federal. E mais ainda, nós temos já o Decreto 7273/90, que eu diria que boa parte daquilo que se pretende com essa lei está contemplado no decreto. Entretanto, quando a lei chegou até esta Casa me surpreendeu, porque traz algumas situações que não estão nem no decreto e nem na lei federal.

Por exemplo, quando ela diz - e parece-me que esse é um assunto até de menor relevância, porque já resolvido - quando estipulava um prazo em caso de paralisação e isso aí já está na lei de greve, inclusive, e não há necessidade de se colocar uma lei específica no Estado para que após dez dias de paralisação o Estado possa contratar por PSS, Processo Seletivo Simplificado; até

porque a lei de greve diz que em serviços essenciais, e esse é o objetivo dessa lei, tratar de situações excepcionais em situações excepcionais. Mas, nos serviços essenciais, teríamos a necessidade da dotação de 30% do contingente, isso se não houver esse entendimento dos sindicatos, há uma determinação legal pelo próprio juiz.

Então, parece-me que houve talvez até um excesso de zelo neste caso, mas é uma questão superada. O que me chama a atenção é que o projeto vem primeiro, ele não diz o que será feito nesse período em que se pretende contratar temporariamente. Quer dizer, em algumas áreas como as instituições de ensino superior, o projeto não diz que nesse período de contratação temporária pretende-se estabelecer um processo de concurso público. Por esse processo nós não estaríamos mais necessitados de fazer concurso público, o que, no meu entendimento, é prejuízo para o Estado. Não há, pelo menos, no corpo da lei o que se faz nesse tempo, não se estipula claramente a Lei Federal, Dra. Maria Marta, diz claramente no seu artigo 2º: “Consideram-se necessidades temporárias de excepcional interesse público...” (**Lê o artigo**).

Quando nós entramos, inclusive, em um processo em que o município, como a senhora mesmo colocou - certamente terá já um processo também de redação semelhante, por que o Estado prevê isso? E como não sabemos quando, quantos, e como serão feitas essas contratações, se não há no corpo da lei nenhuma previsão de que as contratações temporárias pelo TSS serão ou, a seu tempo, mas antecipadamente ou durante o processo remetido ao Tribunal de Contas e posteriormente esse à Assembléia Legislativa para que ela possa efetuar a devida fiscalização do Executivo, que é o seu papel.

Também não tem como sabermos quantos são esses contratados e por que, por exemplo, a urgência na substituição de professores. Parece-me que a substituição, embora na Lei Federal haja essa previsão, por situação de óbito ou exoneração, ou por desistência, ou por outra situação tem que ser preenchida por termo de concurso público, inclusive há um termo feito aqui, aditado, aqui na Assembléia Legislativa em uma audiência pública que nós fizemos, entre o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público da Educação, Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas e a Secretaria da Educação. Estamos buscando fazer esse termo que todas essas vagas seriam preenchidas, a seu tempo, obviamente, e respeitando aquele ritmo que o Estado tem, mas seriam preenchidas por concurso público.

Há também no parágrafo 2º, que não é taxativo, mas parece-me que tem que ser taxativo na contratação, não pode ser genérico, e a Lei é genérica, não é objetiva.

E por último, Dra. Maria Marta, nós temos uma situação hoje que o Estado já sofre com os professores celetistas, que está sendo objeto de uma ação civil pública pelo Ministério Público. Como é que ficam esses professores neste momento?

E aí, obviamente a senhora respondendo, à medida do possível, e no tempo, a essas indagações, eu teria uma

outra que não é da ordem desse processo, mas que não poderia deixar de lhe perguntar, para que se a senhora puder nos responder à indagação de alguns funcionários da Saúde que estão aqui: como que está a GAS?

A SRA. MARIA MARTA

Bom, em primeiro lugar vou dizer como está a GAS e espero que nós tenhamos gás aí para poder implantar, o mais breve possível, a parte técnica relativa à regulamentação da Gratificação da Atividade de Saúde prevista na Lei 13666 já foi terminada no âmbito da Secretaria da Administração.

Existem alguns questionamentos em torno da abrangência do pagamento dessa gratificação, algumas coisas que nos inviabilizam sob o ponto de vista orçamentário e financeiro. Como já tive a oportunidade de dizer aqui antes, estamos terminando o quadrimestre; há a necessidade de fazer uma nova avaliação da parte orçamentária e financeira em conjunto com a Secretaria do Planejamento e a Secretaria da Fazenda. Esses estudos estão já para ser encaminhados ao Governador do Estado; ele já tem cobrado da Secretaria, um contorno do decreto da instituição dessa gratificação. Espero que possamos, tão logo tenhamos a possibilidade financeira, implantá-lo.

Queria também dizer que junto ao Sindicato dos Servidores da Saúde estamos discutindo a Gratificação da Atividade de Saúde, mas pedi aos dirigentes sindicais dessa área e de outras que, sempre que estiverem em visita, em reuniões à Secretaria da Administração, que possamos construir algumas outras coisas que às vezes ficam ao largo da pauta de reivindicações porque a questão salarial é tão premente que nos impede de discutir algo como, por exemplo, com o Sindicato dos Servidores da Saúde, o problema da saúde ocupacional do servidor e outras coisas.

Então essa primeira questão já foge um pouco do âmbito da Secretaria da Administração. Estou à disposição também para debater isso; já fui cobrada pelo Governador Requião e estamos aguardando o comportamento da Receita. Os senhores sabem em que situação está, já foi indicado pelo Tribunal de Contas, pela Secretaria da Fazenda. Se dependesse só da vontade técnica de fazer uma melhoria no salário dos servidores, isso seria feito, com certeza.

Deputado, talvez o projeto de lei posto aqui à análise seja necessário realmente fazer algum tipo de alteração, algum tipo de construção, algo positivo para que, como disse o Deputado Reni Pereira, é uma exceção. Mas nós, talvez por um rigor, por um excesso de cuidado dos técnicos da Secretaria da Administração, nós poderíamos também ter deixado a coisa como estava desde 1990; buscamos regulamentá-la da forma mais detalhada possível. Concorde que em certos casos a dicção legal está um pouco ampla, mas é o que se pode fazer, penso eu, em leis dessa natureza onde a situação de fato é que realmente vai formar o ato administrativo da

contratação. Não há possibilidade, vindo a parte histórica, a parte do cotidiano lá da Secretaria, as coisas como acontecem no tempo do Estado.

Como o senhor mesmo disse: “infelizmente o Estado tem seu tempo”. Nosso trabalho tem sido feito para diminuir este tempo do Estado para que as coisas aconteçam, não é possível logarmos êxito tão rápido.

Penso que a questão do concurso público - talvez uma questão de redação, veja, todo projeto de lei, toda a lei está calcada na exceção da contratação por tempo determinado e excepcional interesse público. Não vem em substituição, em momento algum. Seria inconstitucional. Penso eu que todas estas hipóteses, a não ser aquelas em que há temporalidade, ou seja, quando o Estado é chamado a intervir e depois se retira, que não é o caso de uma continuidade de uma prestação de serviço, em todas as outras hipóteses, especialmente no caso da contratação de professores, seja do ensino fundamental e médio, seja do ensino de 3º grau, estamos falando de contratações por prazo determinado, temporárias, para ensejar concurso público. E diria isto porque estamos tratando, em alguns incisos do artigo 5º, ou que estabelece os prazos nos quais essa contratação pode se dar. E também faz a alusão, aqui: “Em permanecendo a necessidade que gerou a contratação ela pode ser prorrogada, mas não pode ultrapassar o limite estabelecido pela Constituição Federal, “ou melhor, pela Constituição do Estado, quando alude à Lei Complementar.

O SR. TADEU VENERI

Eles podem ser prorrogados, mas no sentido que a senhora coloca, ele pode ser prorrogado em mais de 1 ano. Especificamente pode ser prorrogado o contratado ou o contrato? Parece-me que há diferença, se for a figura do contratado poderemos ter indefinidamente essa situação.

Isso não está especificado no projeto, porque posso ter um contrato por um ano e mais um ano, mas posso ter um contrato por 10 anos!

A SRA. MARIA MARTA

A contratação por força do que está não é nem no projeto de lei. Penso que, se decorre de limitação do texto constitucional estadual, não pode ultrapassar dois anos aquele regime de contratação para aquela hipótese.

E, por último, só não entendi muito, porque no último artigo, no artigo 20, pelo menos na versão que eu tenho, fala em remessa ao Tribunal de Contas para prestação de contas e verificação da regularidade da contratação.

O SR. TADEU VENERI

A pergunta que lhe fiz é no sentido de que nós vamos ter a possibilidade de fazer a fiscalização a partir do momento em que o Tribunal de Contas receber essa documentação e remetê-la à Assembléia, mas aqui, quando a senhora diz no artigo 20: “Efetivada a con-

tratação autorizada por essa lei, órgão responsável encaminhará respectiva documentação ao TC para fins de registro nos termos do inciso 3º do artigo 75, da Constituição Estadual”. Tenho a preocupação que não teremos como saber quais são, por conta dessa abrangência, as necessidades. Aquilo que é urgência para o Estado, não está se falando aqui, em calamidade pública, e sim de urgência (são situações diferentes). Pode ser a urgência, por exemplo, para contratar um professor para a Universidade, que não se caracteriza como uma calamidade e nem absolutamente nada. Pode ser a contratação de um professor lá no interior. Pode ser uma série de ações que só vamos ter conhecimento após ocorrer isso, um ano ou dois anos depois. Acho que essa abrangência é que preocupa, porque a Assembléia perde a condição de fazer o controle a seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O próximo inscrito é o Durval Amaral, que por sinal é o último, para questionamento.

O SR. DURVAL AMARAL

É uma satisfação muito grande receber na Assembléia Legislativa a senhora, que é uma Procuradora extremamente preparada e que vem enriquecer o debate nesta tarde.

Algumas questões são preocupantes a mim e à Oposição. Claro que a regra geral é o concurso público. O legislador excepcionaliza no artigo 27 inciso 9º essa contratação por prazo determinado. A regulamentação da legislação federal, me parece que atendeu bem o aspecto da excepcionalidade, porque está bem fechado nos casos específicos. E até faço minhas as palavras do Deputado Tadeu Veneri; poderíamos dizer que estamos elaborando o raciocínio da mesma forma. O legislador federal colocou que no caso de assistência a situação de calamidade pública, tudo bem, se contrata excepcionalizando. No combate a surtos endêmicos, se contrata excepcionalizando. Enfim, parece esses três casos mais o 4º caso, os únicos semelhantes à proposta de regulamentação da lei complementar que o Governo encaminha.

Não me parece de boa política, ao invés de fecharmos o tipo nesta regulamentação que se propõe, o governo abri-lo, possibilitando que tudo possa caber dentro do excepcional interesse público.

Exemplifico: O Governo Federal não abre a possibilidade de contratação, por prazo determinado, para atividades envolvidas no campo do Ministério da Agricultura. Aqui estamos abrindo o leque para tudo, dentro das atividades desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura ou similares, através do que está disposto no inciso IV. O Governo Federal, quando regulamenta a matéria, não abre o tipo com relação à Saúde Pública e Segurança. Aqui, a proposta do Governo abre totalmente o tipo onde tudo pode, na contratação de pessoal, na área de Saúde e Segurança. O Governo Federal quando regu-

lamenta a matéria, não abre o tipo na questão dos Transportes.

Aqui, estamos vendo uma tentativa do Governo, de abrir para contratação de pessoal para manutenção da malha rodoviária estadual, serviços emergenciais nas rodovias federais e municipais.

Parece-me como já disse aqui, se não me engano o Deputado Beraldin, numa verdadeira tentativa de cheque em branco do Legislativo para o Executivo, abrindo em demasia esse leque. O Governo Federal não abre o leque para a questão das estatísticas, inclusive é específico com relação aos levantamentos do IBGE. Aqui no inciso 9º abre-se para estatísticas de uma maneira generalizada - o Governo Federal quando regulamenta a matéria, não cria excepcionalidade para o meio ambiente, para a construção de obras e o Governo do Estado, da maneira como propôs a matéria, excepcionaliza, possibilita a contratação de pessoal para a Secretaria de Meio Ambiente, para a construção de obras, o que me parece extremamente preocupante.

No inciso 11 leio e interpreto que aqui se abre um leque para a fiscalização dos transgênicos no Estado do Paraná, o que também não é o objetivo da regulamentação proposta pelo Governo Federal e o que me parece tão grave quanto os dados já enumerados que não fecham o tipo; muito pelo contrário, abrem totalmente. É a questão da greve. O Governo do Estado quer por fim a qualquer movimento paralista no Paraná desde que a greve atinja dez dias, o Governo possa efetivamente contratar tantos quantos servidores em número igual àqueles que entraram em greve.

Então, só a título de reflexão, até pela sua disposição brilhante, gentil e educada em vir debater com o legislativo, não com o intuito de acirrar o debate mas para reflexões e o Deputado Tadeu fez e eu as faço em nome da Oposição, temos que fechar o tipo. Não é possível haver entendimento por parte do Legislativo se o tipo estiver tão aberto quanto. As demais questões, acho que possam ser entendidas como fixação de prazo máximo; são questões menores, mas o fechamento desses tipos tem que ser construído, já que o assunto está para debate na Assembléia Legislativa.

Quero agradecer a sua disposição, e dizer que lhe tenho apreço e admiração. Vamos apresentar várias emendas e, com equilíbrio e bom senso, poderemos chegar a entendimentos para que essa excepcionalidade possa ser regulamentada por lei complementar.

Obrigado.

A SRA. MARIA MARTA

Em primeiro lugar, obrigada pelas palavras.

Apesar de termos utilizado como paradigma a lei federal, a natureza dos serviços prestados pela União e a dos serviços de incumbência do Estado são um pouco diferentes. Talvez o que se possa fazer no sentido de justamente, no intuito de uma colaboração e construção de um projeto melhor como o senhor diz, talvez fechar um

pouco mais o tipo, seria justificar porque e que tecnicamente foram elencadas essas questões.

Com certeza existe dado histórico, existe uma justificativa administrativa de conveniência, de continuidade do serviço público, que fizeram com que elas estivessem elencadas dentro da grande possibilidade da contratação.

Portanto, até porque algumas hipóteses elencadas na Lei Federal, não foram repetidas pela Lei Estadual. Especialmente digo aqui, a questão da saúde pública e segurança, que é incumbência do Estado.

Quando esse anteprojeto saiu da discussão técnica da Secretaria do Estado da Administração e foi à Procuradoria Geral do Estado mediante parecer aprovado pelo Procurador Geral e, por isso, a recomendação era de índole jurídica, ao analisar as hipóteses que ali estavam, o Dr. Gustavo Justino de Oliveira disse o seguinte: “Quanto às situações de especial interesse público, elencadas no artigo 2º, segue-se o padrão determinado pela Lei Federal nº 8745/93. Todavia como já apontamos no Parecer 91/95, um parecer já de 1995, a Legislação, ou seja a Lei, não é capaz de exaurir todas as possibilidades em que fazem imperiosa a contratação temporária, assim com o objetivo de evitar a expedição de outros diplomas legislativos, entendemos pertinente o acréscimo de determinação genética, no artigo 2º permitindo ao Governador do Estado analisar uma situação distinta daquelas enumeradas pela lei complementar, desde que presentes a excepcionalidade, a temporariedade e a necessidade do serviço e a urgência”.

Então, inclusive um parágrafo foi acrescentado como recomendação da Procuradoria Geral do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Como não temos mais Deputados inscritos para questionar a nossa Secretária, queremos agradecer a sua presença. É uma satisfação tê-la recebido neste Poder Legislativo.

Quero deixar claro que a Secretária não foi convocada, ela foi convidada por esta Presidência e pelo Deputado Natálio, para que viesse aqui hoje fazendo as explicações necessárias aos Srs. Parlamentares.

O nosso agradecimento em nome de todos os parlamentares.

O Grande Expediente de hoje está reservado à Associação das Casas Familiares Rurais-CFR.

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero saudar, em especial, o Presidente da CFR-SUL José Milani Filho, os alunos, pais, professores, direção das Casas Familiares Rurais, que aqui estão.

É com grande alegria poder hoje, nesta tarde ouvirmos e ver um pouco do trabalho que é realizado pelas Casas Familiares Rurais do nosso Estado.

Sabemos que o trabalho que é feito, é de resgate do orgulho de viver no campo com dignidade. Esse é o trabalho que a Casa Familiar Rural vem fazendo, trabalhando a formação do nosso jovem, uma formação técnica humana e gerencial.

Por isso, mais do que ninguém, para falar com toda a propriedade deixamos esse espaço para fazer uso da palavra o Presidente da CFR, José Milani Filho.

Agradeço Sr. Presidente, a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convidamos o Presidente da CRF, Sr. José Milani, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MILANI

Queremos agradecer ao Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa; à Deputada Luciana Rafagnin e demais Deputados que aprovaram o requerimento para ceder este espaço. Queremos saudar o Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná, aqui presente, Prefeito Juarez Einrich, autoridades, senhoras e senhores, jovens, pais, lideranças, profissionais envolvidos com as Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná.

Nosso objetivo, aqui, é ocupar este espaço e de uma forma rápida colocar-lhes o projeto das Casas Familiares Rurais, como é que ele está sendo desenvolvido no Estado do Paraná. Antes, nós gostaríamos de dar um “avisão”, a nível nacional e a nível mundial, para que pudéssemos posteriormente, ao finalizar, colocar como é que ele se encontra aqui no Estado do Paraná.

O projeto das casas familiares é gerenciado por uma associação regional chamada ARCAFAR SUL, que compreende o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa entidade, criada em 1991 tem a finalidade de coordenar, dinamizar, discutir o projeto nas regiões e nos municípios interessados e também permitir a formação dos profissionais, as associações, que na verdade são aquelas que gerenciam localmente, o projeto das Casas Familiares Rurais. Esta é a função da entidade que neste momento representamos.

Então, um “avisão” para todos, este é um projeto que nasceu em 1935, na Europa, especificamente na França. Hoje, estão em torno de 500 casa familiares rurais, na Europa.

Na América, nasceu em 1968, tem 492 casas familiares. E as demais estão distribuídas nos três continentes, perfazendo um total, no final de 2003, com mais de 1400 Casas Familiares Rurais a nível de mundo. E, neste contexto, o Estado do Paraná também está inserido.

Na América Latina, o projeto iniciou em 1968, bem depois do que na Europa. Nós já estamos com 42% a nível de América, do volume de Casas Familiares Rurais existentes, a nível de mundo.

A nível nacional são 240 Centros Familiares de Formação por Alternância ou 240 Casas Familiares Rurais, distribuídas em 23 Estados da Federação. Na região Sul do País, o projeto iniciou em 1989, aqui pelo Estado do Paraná e hoje já são 69 casa familiares rurais funcionando nos três Estados do Sul.

A Casa Familiar Rural é uma instituição que visa a formação dos jovens rurais, filhos dos agricultores, aqueles que desejam permanecer na atividade de uma forma inovadora, de uma forma empreendedora. E ela se processa dentro de uma infra-estrutura, conforme nós estamos vendo na fotografia, chamada Casa Familiar Rural. É uma casa das famílias rurais. É uma casa administrada pelas próprias famílias, através de uma associação local.

Por que Casa Familiar Rural? As senhoras e os senhores devem estar se perguntando. Porque, a nível de País, completou 500 anos de descobrimento, não existia praticamente nenhum local que desse formação adequada, de acordo com a realidade e a necessidade, para os filhos dos agricultores. Hoje, nós percebemos que uma das causas do êxodo rural e a falta de formação, de conhecimento, a falta de oportunidade lá no próprio meio de onde ele nasceu, cresceu e onde tem sua família. Ele passa a buscar outras oportunidades, muitas vezes fora do seu município, da sua região e do seu próprio Estado.

Com este objetivo, nasceu em 1989, o projeto das Casas Familiares Rurais para suprir uma lacuna, um vazio no ensino rural brasileiro. Uma oportunidade às famílias, de acesso a uma formação diferenciada. É uma formação voltada à realidade daquela região, daquele município, daquelas famílias rurais envolvidas com o projeto, envolve toda a família, não afasta o jovem da realidade, a família participa dessa formação junto. Prepara as pessoas para serem agentes empreendedores e oportuniza o jovem a permanecer no meio rural e no meio pesqueiro, porque esse projeto também atinge a região litorânea com novas oportunidades.

O funcionamento do projeto se dá praticamente em três anos, onde o jovem permanece alternadamente uma semana nesse local “Casa Familiar Rural”, de segunda a sexta-feira, e nas duas semanas seguintes ele retorna à sua propriedade para aplicar os conhecimentos recebidos. É para jovem acima dos quatorze anos de idade, de ambos os sexos. Qualifica em agricultura, pesca e serviços no meio rural, e dá um nível de escolarização hoje no Estado do Paraná a nível de ensino fundamental, se o jovem que for para a Casa Familiar ainda não tiver esse grau de escolarização.

A presença dos profissionais é fundamental, o profissional, o monitor como nós falamos, não atua só internamente dentro da Casa Familiar naquela semana em que o jovem está estudando, também naquelas duas semanas que o jovem permanece na sua propriedade, esse profissional faz o seu acompanhamento, para ver se ele está podendo aplicar na prática, para envolver a família, para discutir novas possibilidades, um projeto de vida e assim por diante. Então, a Casa familiar faz assistência

técnica, extensão rural, e com isso há necessariamente o desenvolvimento local.

Esse projeto está alicerçado em cima do que se chama da Pedagogia da Alternância, que nada mais é do que duas semanas o jovem permanece na sua propriedade, no seu meio, convivendo com a sua família, aplicando os conhecimentos, vivendo na comunidade. E depois dessas duas semanas ele passa cinco dias na Casa Familiar Rural recebendo novos conhecimentos. Então, ele tem cursos, aulas, visitas, faz excursões, recebe capacitações para a sua formação técnica, na profissionalização; isto é fundamental, agora também aprende para a vida, para a cidadania, para que ele possa ser um líder na sua comunidade, no seu Município, no seu negócio, no seu empreendimento futuro.

A clientela do projeto é jovem, como nós falamos, tanto do meio rural quanto do meio pesqueiro. Aqui na região Sul do País nós já temos algumas Casas Familiares do mar voltadas essencialmente a filhos de pescadores artesanais. É fundamental que esses jovens precisam estar ligados com a família. Isso é uma preocupação muito forte do projeto, a família tem que estar sendo envolvida no seu dia-a-dia, não há aquele distanciamento da realidade. O jovem se forma cheio de conhecimento; a família parou no tempo. Na Casa Familiar é deferente, o jovem se forma na Casa Familiar, continua desenvolvendo o seu projeto, a sua atividade com a sua família, com o seu grupo, ou individualmente.

O conhecimento, a formação, se dá através daquilo que nós chamamos a construção do conhecimento. Não é simplesmente o monitor, o profissional, ou o professor que coloca o seu conhecimento na mente de um jovem ou de uma família. A construção do conhecimento se dá a partir da realidade vivenciada, do dia-a-dia, das dificuldades com a máquina, com os instrumentos que esse jovem tem ao seu alcance na sua propriedade. A partir dali ele socializa esse conhecimento com os profissionais na Casa Familiar Rural, naquela semana que permanece lá; socializa esse conhecimento entre os seus colegas. É um grupo de quinze a vinte e cinco jovens por semana. São quinze, vinte e cinco conhecimentos que são socializados entre eles. Então, obviamente, nessa construção do conhecimento, ele adquire, agrega um novo conhecimento que retorna para sua propriedade e pode, juntamente com a sua família, colocar em prática nas duas semanas seguintes.

O conhecimento vivenciado na Casa Familiar é essencialmente prático, em cima da realidade, em cima da necessidade e em cima da época. Dando um exemplo: se agora, agosto, é época de poda na fruticultura, o jovem na Casa Familiar Rural, neste momento está discutindo e vendo como é que se faz a poda corretamente, de forma que ele possa chegar na sexta-feira em casa e passar duas semanas com os seus pais, com a sua família e já aplicar na prática aquele conhecimento sem esperar o ano seguinte ou a safra seguinte.

É isso que dá atratividade ao projeto da Casa Familiar Rural para as famílias e para os jovens. Aprendem o que eles desejam e dentro da época que eles precisam.

As Casas Familiares estão centradas em cima de formação, em cima de conhecimento, e essa formação, esse conhecimento, necessariamente, têm que desembocar em cima de um projeto profissional, em cima de um projeto de vida, em cima de um sonho desses jovens. Esse projeto de vida tem por objetivo dar uma vida digna, gerar renda, gerar oportunidade. O objetivo da Casa Familiar rural não é formar pessoas por formar; isso tem muito no Brasil, formar, certificar e colocar numa esquina as pessoas, sem saber um rumo para onde caminhar.

O Projeto das Casas Familiares tem um compromisso muito forte com o conhecimento das pessoas, discutir um projeto profissional para esse jovem que atenda às suas necessidades, à sua realidade, à sua viabilidade de acordo com a tendência e o crescimento da sua região e do seu Município e que ele possa, ao se formar, estar tocando esse projeto para sua vida, para poder gerar-lhe emprego, novas oportunidades, renda, e que ele possa permanecer no seu meio. Isso é fundamental; precisa recursos, evidentemente, conhecimento, o projeto e os recursos podem vir da própria família, podem vir da municipalidade, podem vir do Governo do Estado através dos seus programas e pode vir do Governo Federal.

Nós conseguimos o projeto em nível nacional, um recurso que permite ao jovem que se formar num Curso Familiar, acessar um recurso do progresso nacional de fortalecimento da agricultura familiar, se ele assim desejar, um recurso financeiro para ele poder implementar o seu projeto, o seu negócio.

Essa fotografia dá um exemplo que, no mínimo durante os três anos que o jovem passa na Casa Familiar, a sua formação geral e profissional cresce, abre o leque, aumenta pela formação que vai recebendo ao longo desses três anos, sendo envolvido pelos profissionais, pelas entidades apoiadoras.

Agora, é uma preocupação do projeto que também ele possa, à medida que vai crescendo no tempo, no ensinamento na Casa Familiar, afunilar em cima de um projeto profissional para, quando se formar possa estar empreendendo, desenvolvendo esse projeto e não receber simplesmente um certificado e não saber o que fazer.

Em termos do Estado do Paraná, temos 38 Casas Familiares Rurais funcionando. O projeto iniciou em 1989. Hoje, basicamente, a maioria dos Estados brasileiros vieram buscar esse conhecimento, essa modalidade de formação aqui no Estado do Paraná.

Penso que deve ser um orgulho para o Paraná, poder contribuir com outros Estados da Federação com esse tipo de iniciativa, de formação dos jovens rurais e dos jovens filhos de pescadores. Então, são 38 casas, em torno de 2200 jovens em formação neste momento nas

casas familiares, em torno de 26.800 famílias atingidas pelo programa, porque o jovem na sua comunidade, com a sua família, passa a ter interferência naquela comunidade pelo seu conhecimento, com os seus vizinhos. Isso é visto a olhos nus. 84 Municípios abrangidos, 1140 comunidades rurais atendidas e temos hoje no Estado do Paraná, em torno de 5700 jovens já formados, que passaram pelas Casas Familiares Rurais que se iniciaram a partir de 89.

Essa é um pouco da distribuição geográfica do projeto do programa no Estado do Paraná e aqui do lado esquerdo talvez os senhores possam visualizar, mas são os Municípios-sedes onde estão instaladas cada uma das Casas Familiares Rurais e em média cada familiar rural abrange de dois a três Municípios circunvizinhos.

Para desenvolver esse projeto necessariamente vários atores precisam ser envolvidos. É um projeto das famílias rurais, dos agricultores, dos pescadores, porém uma série de atores precisam se envolver desde o Poder Público Municipal, Estadual, a nível Federal, várias Instituições, sociedade civil e organizada. É um projeto que é tocado por várias mãos.

É preciso que se diga, como é um projeto voltado para os agricultores e basicamente os agricultores familiares, a entidade mantém uma série de convênios a nível internacional, a nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria da Agricultura Familiar e assim por diante.

Os municípios, através das entidades públicas e privadas participam fortemente, e o Governo do Estado do Paraná participa apoiando o programa através de duas Secretarias: da Educação e da Agricultura; são dois parceiros no Estado do Paraná.

A representação da entidade a nível de órgãos governamentais, a nível federal, CONDRAF, a nível estadual, CEDRAF, são os vários grupos, câmaras de trabalho com que participamos a nível nacional, estadual, no sentido de dar um dinamismo, fazer com que esse projeto se alicerce, solidifique, cresça.

Temos essa preocupação das casas familiares, da representação, estar participando dos vários fóruns existentes.

Para que os senhores e as senhoras possam perceber, um dos objetivos do projeto é a profissionalização do jovem, convivência com a família, aplicação prática do conhecimento, quer dizer, que ele seja um empreendedor, uma pessoa bem sucedida, com conhecimento, que ele possa competir nesse mundo globalizado.

A questão da organização social. Como são agricultores familiares, aprender a conviver em conjunto iniciativas que poderão ser desenvolvidas em conjunto, agregação de valor em produto, pequenos grupos com novos empreendimentos, novas iniciativas. A convivência entre as pessoas é um ponto forte desse projeto.

A formação de lideranças. Uma preocupação forte que o agricultor, o jovem, que queria ser bem sucedido

precisa estar ocupando um espaço na sua comunidade, na sua família, no seu Município.

O projeto profissional é o objetivo final para que esse jovem possa se inserir no mercado de trabalho para que ele tenha o seu negócio, para que ele possa permanecer na sua região, no seu município. O projeto profissional é que elege, junto com a sua família, de acordo com a necessidade, a realidade, uma viabilidade, a tendência daquele Município ou daquela região. São algumas iniciativas que estamos mostrando aí, de jovens no Estado do Paraná.

Que o jovem possa ter uma vida digna em seu meio, possa ter liderança, possa ter o seu negócio sem precisar do Município ou do Estado estar investindo nele. No momento em que ele tem dezoito ou vinte anos, procurar espaço talvez em outro Estado ou outra região fora do círculo de convivência da sua família.

O projeto tem por finalidade a geração de oportunidade com a continuidade dos jovens no seu próprio meio. Esse é um ponto forte que se procura trabalhar.

A situação, hoje, no Paraná. São 38 Casas Familiares, 2.200 jovens freqüentando e isso dá em torno de 800 a 900 jovens que se formam anualmente aqui. A ARCAFAR-SUL tem um convênio de cooperação técnica e financeira com o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, como já falamos, em um valor de um milhão, 258 mil reais, que são repassados em dez parcelas de 125 mil reais por ano, para pagamentos dos profissionais envolvidos com a Casa Familiar Rural e permitem à ARCAFAR contratar alguns profissionais e colocar à disposição das 38 Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná.

Isso permite manter esse quadro de funcionários, composto de quarenta e poucos profissionais de nível superior, da área de ciências agrárias basicamente; quarenta e quatro profissionais de nível superior, da área de ciências agrárias basicamente; quarenta e quatro profissionais de nível médio e trinta e um auxiliares de serviços gerais. E sobre os salários que estão sendo pagos a esses profissionais, fruto desse convênio com o Governo do Estado do Paraná, esse valor representa hoje em torno de 42 a 43 reais repassados pelo Estado por mês, por jovem. E isso permite pagar esses salários para os profissionais. E, obviamente, os senhores e senhoras podem perceber que com esse recurso não é possível de manter um quadro técnico efetivo, sem que haja uma rotatividade desses profissionais.

Esse é um ponto crucial do programa no Estado do Paraná: os baixos salários pagos aos profissionais, fruto de um convênio baixo que se tem com o Governo do Estado, onde o profissional recebe todo um conhecimento, toda uma formação, passa alguns meses no projeto, procura algo melhor e vai para uma nova oportunidade.

E para as Sras. e Srs. Deputados terem uma idéia, aqui tenho uma pesquisa feita recentemente no Estado e as Casas Familiares estão em quarto lugar em termos do

contingente de profissionais técnicos que estão apoiando o desenvolvimento da agricultura do Estado.

Em primeiro lugar, está a EMATER, logo em seguida as Prefeituras, o Sistema Cooperativo do Estado e em quarto lugar o sistema das Casas Familiares Rurais.

Então, é uma força de trabalho, é uma força técnica que existe no Estado, concretamente, apoiando o desenvolvimento agropecuário do Estado do Paraná.

E, para finalizar, deixaríamos aqui alguns pedidos para as Sras. e Srs. Deputados que compõem a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: a primeira coisa que estaríamos pedindo, como instituição que está apoiando e ajudando esse programa nos três Estados, seria uma adequação do convênio de cooperação técnica e financeira com o Governo do Estado. Com um milhão, 258 mil reais, não é possível dar qualidade aos profissionais. Há uma rotatividade e nós precisaríamos, no mínimo, dobrar esse valor para permitir dobrar o valor a ser pago a esses profissionais, para poder competir no mercado, para esse nível de profissional desenvolver o trabalho.

Um outro ponto que deixaríamos, seria a necessidade de ampliação do número de Casas Familiares Rurais no Estado do Paraná. Queríamos deixar bem claro que existe uma demanda muito grande por novas Casas Familiares Rurais em várias regiões do Estado do Paraná. Não estamos abrindo novas Casas Familiares Rurais, porque não temos perspectivas de recursos futuros! Não adianta abrir a Casa e fechar a Casa.

Então, precisamos duas coisas, basicamente: melhorar o convênio atual e ampliar o convênio para permitir que esse programa deslanche, porque pelos resultados que ele está apresentando, novas demandas de novas comunidades, novos municípios têm chegado a nós e não estamos dando-lhes um retorno, uma resposta satisfatória.

E um terceiro ponto que gostaríamos de deixar, é uma proposição aos Srs. Deputados de algum mecanismo que garantisse ao programa das Casas Familiares Rurais no Paraná uma continuidade, independente deste ou daquele Governo, porque a cada Governo que entra, nós temos que renegociar esse convênio e é importante salientarmos que desde 1996 esse convênio vem sendo o mesmo, em valores, no Estado do Paraná. Um Estado pioneiro e que está servindo de exemplo para o País nesse projeto e nós entendemos que seria importante um reconhecimento maior por parte do Poder Público, do Estado com relação a esse projeto. Qualificar melhor essas Casas que já existem e ampliar esse programa, porque tem espaço, tem pedido e tem solicitação.

E gostaria, neste momento, de convidar aqui uma pessoa que passou por esse projeto para dar seu testemunho, que é o Leonir da Silva.

O SR. LEONIR DA SILVA

Sou formado na Casa Familiar Rural de Laranjeiras, no ano de 2000.

A Casa Familiar Rural para mim foi muito importante como aluno e se formaram junto comigo mais quinze jovens. Continuo na minha propriedade, minha pequena propriedade, como também os outros meus companheiros alunos, apoiando o projeto Casa Familiar Rural dentro da sua propriedade, aumentando sua renda e assim ficando no campo, porque hoje está difícil segurar o jovem no campo. E, através da Casa, nós conseguimos segurar esses jovens que se formaram em 2000 e depois se formaram outros.

Para mim e para a minha família foi muito importante a Casa Familiar Rural.

Obrigado!

O SR. JOSÉ MILANI

Agradecemos ao Presidente, Deputado Hermas, e a todos os Deputados pelo espaço e por essa oportunidade que tivemos de apresentar o projeto das Casas Familiares.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Somos nós que agradecemos a presença!

Pela ordem, está com a palavra o Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Só gostaria de fazer um questionamento ao companheiro que faz a exposição, porque vi que ele pede que a Assembleia preveja recursos para a Casa Familiar Rural. Naturalmente nós estaremos, dentro em breve, discutindo o Orçamento e parece-me que todos esses anos os recursos para esse convênio têm vindo dentro dos programas da Secretaria da Agricultura.

Então, gostaria de saber se é isso e que depois o senhor pudesse nos encaminhar a necessidade prevista desses recursos para que possamos efetivamente, dar a resposta.

O SR. JOSÉ MILANI

Muito obrigado!

Efetivamente o Estado tem participado desde 1996, sistematicamente. Agora, pelo avanço do projeto no Estado, sentimos que esses valores já estão defasados, que os valores deveriam ser reestudados e ampliados, para que possamos dar atendimento àquelas outras regiões, outros municípios que estão interessados.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o senhor que está na tribuna, Sr. Milani, e parabenizá-lo pela bela explanação que fez.

Conheço muito bem o serviço prestado pela Casa Familiar Rural que existe, notadamente, no Sudoeste do Paraná, no Oeste, no Centro-Oeste, no mapa ali dava para perceber claramente que são as regiões, principalmente o Sudoeste onde a idéia começou, parece-me que na cidade

de Barracão foi a primeira casa construída no Paraná, e que até agora tem prestado um serviço relevante ao nosso pequeno produtor rural.

De forma que a Casa Familiar Rural tem que permanecer viva e cada vez melhorar para que ela possa continuar propiciando aos filhos dos agricultores uma melhor condição de continuar na vida do campo, especial e notadamente na questão da agricultura familiar.

Tenho conhecimento das dificuldades que passa a Casa Familiar Rural, especialmente porque nas assinaturas de convênios, a demora que tem no repasse dos recursos e na própria instabilidade das pessoas que trabalham nesse importante projeto. E é preciso que nós aqui na Assembléia Legislativa, junto com o Governo do Paraná, possamos encontrar uma solução duradoura e definitiva para esse projeto, para que a Casa Familiar Rural continue produzindo os efeitos e os serviços que presta à nossa sociedade paranaense.

Portanto, quero parabenizá-lo e dizer, na mesma linha do nosso Deputado Marcos Isfer, que é o relator do processo orçamentário aqui da Assembléia Legislativa, de que não vai ter um momento mais importante do que o da elaboração do nosso Orçamento neste ano, para vigir a partir do ano que vem, para que possamos colocar aí no Orçamento do Estado as expectativas: que as pessoas envolvidas nesse projeto possam melhorar o programa, fazer com que os funcionários tenham tranquilidade, recebam o salário no período normal e que o convênio que hoje é assinado possa ser aperfeiçoado talvez com algo que seja definitivo; e que não hajam esses sobressaltos que estão ocorrendo, notadamente na época que termina um Governo e que começa outro Governo e sempre é um “Deus nos acuda”.

Aqui na Assembléia, hoje, tem gente de diversos municípios e que naturalmente têm uma expectativa muito forte de que possamos aperfeiçoar e melhorar esse belo programa, essa bela idéia, esse belo projeto, que é a Casa Familiar Rural. E pode ter certeza que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vai fazer a sua parte, vai estar junto com vocês, com os alunos, com os professores, com os prefeitos, com as lideranças do interior, discutindo os melhores caminhos, para que nós possamos dotar as Casas Familiares Rurais de estrutura, de qualificação, e que ela continue prestando esse maravilhoso serviço que presta.

Parabéns pela bela exposição!

(Aplausos)

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, rapidamente, só gostaria de cumprimentar a Deputada Luciana Rafagnin pela iniciativa de trazer os representantes dessa importante instituição e desse projeto. Saudar a pessoa do Gelson Zanella, que é o representante, hoje o responsável pelo primeiro Município do Estado do Paraná onde teve a Casa Familiar Rural, Barracão, e também o José Milani.

Hoje se fala em curso profissionalizante, há algumas décadas a Casa Familiar Rural surgiu levando esse projeto de largo alcance social e econômico para o Estado do Paraná e para o Brasil, fazendo com que as pessoas do campo realmente sintam ainda mais amor de viver e ter a dignidade no próprio lugar onde residem, despertando a vocação que é a maior deste povo brasileiro, que é a vocação agrícola.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Agradecemos a presença.

A Assembléia sempre estará aberta, em especial, a esse debate essencial não só para a sociedade paranaense como à sociedade brasileira.

Se V. Exa. quiser fazer alguma consideração, fique à vontade.

O SR. JOSÉ MILANI

Muito obrigado mais uma vez à Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa do Deputado Hermas Brandão. Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados, pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Nós é que agradecemos a presença inclusive dos ilustres visitantes, pessoal de Pinhão, de Bituruna, pessoal do Deputado Pedro Ivo, lá da região. Agradecemos muito a presença de vocês. Voltem sempre, a Assembléia é uma casa do povo.

Por ordem de inscrição, Deputado Barbosa Neto, por cinco minutos.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O genial Paulo Leminski completaria 60 anos no dia de hoje, o nosso maior poeta e justamente no dia de hoje, também comemoramos os 50 anos do falecimento do maior estadista brasileiro, Getúlio Vargas.

(Lê):

“O legado de Vargas

Por Darcy Ribeiro

Foi também o mais amado pelo povo e o mais detestado pelas elites. Tinha que ser assim. Getúlio obrigou nosso empresariado urbano de descendentes de senhores de escravos a reconhecer os direitos dos trabalhadores. Os políticos tradicionais, coniventes, senão autores da velha ordem, banidos por ele do cenário político, nunca o perdoaram.

Os intelectuais esquerdistas e os comunistas, não se consolam de terem perdido para Getúlio a admiração e o apoio da classe operária. Com eles, o estamento gerencial das multinacionais. Getúlio foi o líder incontestado da Revolução de 1930. Tendo exercido antes importantes cargos, Getúlio pôde se pôr à frente do punhado de jovens gaúchos que, aliados a jovens oficiais do Exército - os tenentistas - desencadearam a Revolução de Trinta. A

única que tivemos digna desse nome, pela profunda transformação social modernizadora que operou sobre Brasil.

No plano social, legalizou a luta de classes, vista até então como um caso de polícia. Organizou os trabalhadores urbanos em sindicatos estáveis, pós-governamentais, mas anti-patronais.

No plano cultural, renovou a educação e dinamizou a cultura brasileira. Getúlio governou o Brasil durante quinze anos sob a legitimação revolucionária. Foi deposto, retornou, pelo voto popular, para cinco anos mais de governo. Enfrentou os poderosos testas-de-ferro das empresas estrangeiras, que se opunham à criação da PETROBRAS e da ELETROBRAS, e os venceu pelo suicídio, deixando uma carta testamento que é o mais alto e o mais nobre documento político da História do Brasil.

O Governo Revolucionário criou o Ministério da Educação e Saúde, fundou a Universidade do Brasil e regulamentou o ensino médio, em bases que duraram décadas. Criou, simultaneamente, o Ministério do Trabalho, que promulga, nos anos seguintes, a legislação trabalhista de base, unificada depois na CLT, até hoje vigente. O direito de sindicalizar-se e de fazer greve, o sindicato único e o imposto sindical que o manteria. As férias pagas. O salário mínimo. A Indenização por tempo de serviço e a estabilidade no emprego. O sábado livre. A jornada de 8 horas. Igualdade de salários para ambos os sexos, etc.

Getúlio inspirou-se para tanto, no positivismo do Comte, que já orientava a política trabalhista dos gaúchos, reorganizou as finanças, revalorizou a moeda nacional e negociou a velha e onerosa dívida externa com os ingleses, em bases favoráveis ao Brasil! Este texto é do não menos saudoso antropólogo Darcy Ribeiro, ex-Senador, ex-Vice-Governador do Rio de Janeiro.

Ainda para finalizar, a última frase da Carta Testamento em que Getúlio dizia: Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História". Getulio Vargas, 24 de agosto de 1954.

Em nome do PDT nós ainda recitamos aqui um jingle eternizado na voz também de Francisco Alves o maior cantor brasileiro de todos os tempos, que dizia na época da reeleição para Presidente da República, depois de 15 anos de Ditadura, o seguinte: "Bota o retrato do velho outra vez, bota no mesmo lugar, que o sorriso do velhinho faz a gente trabalhar. Já botei o meu. E tu não vai botar o teu? Já enfeitei o meu. E tu vais enfeitar, que o sorriso do velhinho faz a gente trabalhar". É um poema, não à altura do nosso grande paranaense Paulo Leminski, mas que retrata os 50 anos, o jubileu da morte do maior estadista brasileiro de todos os tempos.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente não há quorum para prosseguimento da Sessão, estamos com apenas 15 ou 16 Deputados presentes.

O SR. NEREU MOURA

Chamada Nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Solicitamos ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados para verificação de quórum.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Tadeu Veneri**)

Procede à Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não temos quórum para votação...

temos apenas para apresentação dos Projetos que necessitam de apoioamento e requerimentos.

Sobre a mesa, Mensagem nº 023/2004, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 575.186,00 (quinhentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e seis reais) ao vigente orçamento do Fundo Penitenciário - FUPEN, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 26/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, reivindicando a criação no currículo escolar do ensino médio da disciplina de Legislação Social, com ênfase nos princípios básicos da Constituição. **À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1425, de autoria do deputado Durval Amaral, com apoioamento dos Deputados Fernando Ribas Carli, Ademar Traiano, Luciana Rafagnin e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 25 de agosto (quarta-feira) para as 10h00. **Prejujudicado.**

Requerimento nº 1420, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1426, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1427, de autoria do Deputado Hermas Brandão, com apoio do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1432 e 1433, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1435, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor Presidente, eu gostaria de fazer a inscrição para o Horário de Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Tínhamos um acordo para a Sessão de amanhã.

Há um acordo; não há necessidade de votarmos.

A Sessão de amanhã está convocada de forma antecipada por acordo, para as dez horas da manhã.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente André Vargas, se me permite, quero justificar a minha ausência no dia de amanhã, tendo em vista que tenho compromisso assumido para a parte da manhã e se a Sessão fosse à tarde, no horário regimental, estaria presente mas como foi para o período da manhã, estou justificando a minha ausência, por motivo de força maior.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Justificado.

Está inscrito para Explicações Pessoais, Sr. Deputado Reni Pereira, inscrito.

O SR. RENI PEREIRA

Na verdade eu quero só contrapor aqui a mensagem veiculada pela Agência de Notícias do Estado, no site oficial do Governo em que o Secretário da Segurança vê crítica eleitoreira em Foz do Iguaçu.

Eu gostaria, primeiramente, de dizer que quando subi na tribuna para cobrar medidas eficazes, competentes, para minimizar o índice de insegurança em Foz do Iguaçu, que aumentou em muito no atual Governo, em nenhum momento levei esse debate para discussão interna do Município de Foz do Iguaçu. Pelo contrário, nas notas taquigráficas consta que eu inclusive falei que a situação só não era pior por causa da ação efetiva da Guarda Municipal.

Se esse Secretário não tem responsabilidade para com o cargo, eu tenho. Estou cumprindo o meu papel de cobrar, inclusive a proposta, se foi eleitoreira ou não, não cabe a mim responder. Cabe ao povo de Foz e ao povo do Paraná, que sim, quando da eleição para Governador, foi

prometido à cidade mais segura do Brasil, não só do Paraná.

Agora, nós estamos em jogo, numa campanha municipal, neste ano. Eu não sou candidato, mas eu sempre deixei bem claro, a minha posição de oposição ao Governo Municipal, acabava nos limites do Município. Aqui eu era um soldado à disposição do meu Município.

Deixei bem claro isso das várias vezes que subi, cobrando inclusive a revogação dessa medida ineficaz, essa cortina de fumaça, que nada vai trazer de melhoria para a segurança do nosso Município.

Gostaria, aqui, de registrar que por um breve momento, de menos de 24 horas, a sociedade de Foz do Iguaçu, o Conselho de Segurança, liderança respiraram aliviados, porque o Deputado da Base aliada, Dobrandino da Silva, anunciou sim, e falando em nome do Governo do Estado, a suspensão do rodízio de policiais.

No dia seguinte, vem o Secretário da Segurança e desdiz o que o deputado havia dito. Uma atitude leviana até para com o próprio Governo do Estado, porque se alguém usou desta questão da segurança de Foz do Iguaçu, um tema tão importante como ele afirma, que é a melhoria da Segurança Pública, para confundir a população e angariar votos, não sou eu. Porque eu, em nenhum momento, usei desse discurso para angariar votos em Foz do Iguaçu, para candidato A ou B. Pelo contrário, quero angariar dividendos para a população de Foz do Iguaçu.

Esse Secretário que pense melhor na sua função, tenha respeito para com o seu cargo, assim como nós queremos respeito para o nosso cargo de Deputado. Eu acredito que o Deputado Dobrandino tem responsabilidade com o cargo dele, não faria uma notícia leviana a ponto de falar e outro dia ser desmentido pelo próprio Secretário do Estado, eu também tenho responsabilidade pelo meu cargo.

Digo mais, essa atitude é ineficaz e ilegal. Se ele não revogar, nós vamos entrar na Justiça juntamente com os representantes das corporações, porque ele não pode tomar uma medida direcionada, única e exclusivamente para Foz do Iguaçu.

A nota oficial em anexo diz:

(Lê):

“Delazari vê crítica eleitoreira em Foz

O Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, reafirmou, ontem, que o governo mantém a decisão de fazer rodízio entre os policiais civis e militares que trabalham em municípios da tríplex fronteira há mais de dois anos. Segundo Delazari, o governo quer transformar Foz do Iguaçu na cidade mais segura do país e o rodízio de policiais contribui para isso. “A medida evita a corrupção e oxigena os efeitos policiais trazendo, com frequência, novos profissionais para cumprir a difícil tarefa de combater o crime organizado nas áreas fronteiriças” comentou.

Além disso, o Secretário disse que a necessidade das transferências também se justifica como maneira de reduzir o estresse ao qual é submetido o policial daquela região, consequência do trabalho intenso e arriscado que enfrenta diariamente.

Delazari afirmou ainda que o rodízio será precedido do aumento do efetivo policial que acontecerá em breve, resultado do investimento na contratação de novos policiais. Outro fato que justifica o projeto do governo, segundo ele, é o de que a Polícia Federal já executa o mesmo rodízio, transferindo os policiais que trabalham na região há mais de dois anos.

Delazari lamentou que políticos da região tenham transformando “um tema tão importante para a melhoria da segurança pública em discurso para confundir a população conseguindo assim benefícios eleitorais”. Na campanha de Foz, o governo tem sido alvo de inúmeras críticas por parte dos candidatos a vereador e prefeito de oposição, por conta dos altos índices de violência e criminalidade registrados na região.”

Jornal do Estado, sexta, 20.08.2004.

(Lê):

“Definida a suspensão do rodízio de policiais

Decisão foi anunciada após reunião do Deputado Dobrandino da Silva com o Secretário Estadual de Segurança Pública.

O rodízio de policiais civis e militares em Foz do Iguaçu está temporariamente suspenso. A decisão foi confirmada ontem junto ao Governador Roberto Requião pelo Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, Presidente Estadual do PMDB. O Parlamentar esteve reunido recentemente com o Secretário Estadual da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, que garantiu a suspensão até que sejam reavaliados os critérios de seleção dos policiais que atuam na fronteira.

Dobrandino esteve ontem na redação de A Gazeta do Iguaçu para anunciar novidade. Acompanhado do diretor de Comunicação Social da Prefeitura, Reginaldo Clécio da Silva, o Deputado foi recebido pelo diretor-geral Rogério Bonato e pelo Diretor-Presidente Ermínio Gatti e garantiu que os bons policiais podem ficar tranquilos, porque não serão transferidos.

“Apenas os maus policiais serão levados embora”, afirmou Dobrandino. “Em conversa com o Requião, ele (Governador) decidiu rever a decisão porque percebeu que o rodízio acabaria prejudicando o desempenho dos policiais nas investigações”, afirmou. “O Delazari (Secretário Estadual da Segurança) me garantiu também que de cada dez maus policiais que forem transferidos, ele vai destinar vinte para atuar em Foz do Iguaçu”, disse.

De acordo com Dobrandino, os integrantes do Corpo de Bombeiros não serão incluídos no rodízio, apesar de pertencerem aos quadros da Polícia Militar do Paraná. O Parlamentar fez o esclarecimento porque a

inclusão dos bombeiros no sistema de rodízio teria sido erroneamente cogitada pela imprensa.

Mais policiais.

Dobrandino adiantou ainda que dos 254 novos policiais civis convocados para reforçar os quadros da Segurança Pública no Paraná, 19 serão destinados à 6ª SDP (Subdivisão da Polícia Civil) de Foz do Iguaçu. O restante dos convocados será distribuído em outras 13 subdivisões policiais do Estado, mas segundo o Deputado, farão antes um estágio em Foz.

A distribuição dos novos policiais segue a regra de proporção determinada no edital do concurso e que respeita as necessidades de cada localidade de acordo, por exemplo, com o número de ocorrências e inquéritos de cada uma.

Os 254 novos policiais se juntam aos 220 em curso na Escola da Polícia Civil, somando ao todo 474 novos policiais convocados este ano. A primeira turma, de 220, se forma em agosto e, no máximo no começo de setembro, já estará trabalhando nas delegacias de todo o Paraná.

A turma de policiais da última convocação começa o curso da Escola em agosto e, em dezembro, estará formada para atender à população. Outros 1028 novos policiais militares também reforçarão os quadros da segurança pública no mês que vem. Parte deles atuará também em Foz do Iguaçu.

A Gazeta Política, Foz do Iguaçu, quinta-feira, 19/08/2004.”

Isso seria uma incoerência vindo de um Secretário de Estado, dizer que vai transferir para que não haja corrupção na polícia. Se há corrupção, existem os meios legais e administrativos para fazer com que os maus policiais sejam excluídos e, não transferidos.

Digo mais, ele alegou também que a Polícia Federal já faz esse rodízio.

Isso é uma inverdade. A Polícia Federal não faz esse rodízio. Existe uma prerrogativa dos policiais, da Polícia Federal, que após dois anos na fronteira podem pedir remoção. Mas, não que eles são transferidos de ofício.

Agradeço aqui, o recolhimento do nosso requerimento, pela Comissão de Segurança desta Casa, que inclusive vai tratar dos meios legais para nos revogarmos esse decreto.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros. Ouvi atentamente a fala do Deputado Barbosa Neto e, evidentemente que nós, principalmente as mulheres brasileiras concordam que Getúlio Vargas passou pela história deixando marcas significativas, importantes, do ponto de vista democrático. Foi no Governo Getúlio que as mulheres tiveram direito ao voto em 37.

Uma luta que vinha desde o início do século, foi no Governo do Getúlio que nós conseguimos, realmente, passar a ser tratados como cidadãos e cidadãs, tendo

garantidas às 8 horas de trabalho diário, às 44 horas semanais, e tantas outras conquistas do ponto de vista trabalhista, que passaram pela História.

Mas, é importante, também, quando fazemos um relato de estadismo, e o nobre colega Deputado mencionou, que os comunistas rejeitavam Getúlio Vargas em função de suas idéias, eu, como oriunda do Partido Comunista, coloco o seguinte: o mesmo estadista que garantiu tantas leis trabalhistas - e eu diria até que ele retardou a ditadura por 10 anos, com seu trágico desaparecimento da História - este mesmo estadista permitiu que fosse deportada Olga Benário, companheira de Luiz Carlos Prestes, para que fosse morta num campo de concentração da Alemanha, que aliás está sendo registrado, agora, num filme aqui no Brasil. Isto quer dizer que esta nossa fala não deprecia a figura do estadista, mas faz um registro que é importante na memória histórica, que nenhuma ditadura presta: nem de esquerda e nem de direita.

Nós temos, também, registros na História da humanidade, de trágicos acontecimentos em relação às ditaduras de esquerda, como por exemplo, na União Soviética, através de Stalin, que praticou barbaridades em nome de uma ordem social mais feliz - que não aconteceu - aquele modelo de socialismo não servia, como a História demonstrou, com a própria derrocada do socialismo na Rússia, e outros exemplos de ditadores pelo Planeta. A pior democracia ainda é melhor que qualquer ditadura.

É preciso, quando fazemos relatos históricos, não esquecer aqui no Brasil, estadistas que deram com uma mão e tiraram com a outra. Porque também tivemos momentos da ditadura em que fomos perseguidos, quando tivemos nossos direitos democráticos absolutamente negados e que tivemos nossa palavra, contraditória ao estabelecido, cassada.

Então, deixo muito claro, para que não façam mau uso da minha fala, que nós temos como representantes políticos que somos, elevarmos, lembrarmos, resgatarmos a memória histórica dos grandes estadistas brasileiros, entre eles Getúlio Vargas, mas também não nos esquecermos que como seres humanos, todos nós somos factíveis a equívocos. E um dos maiores equívocos, na minha avaliação, foi este cometido por Getúlio Vargas, que anos depois, em nome da redemocratização do País, o próprio Luís Carlos Prestes, que teve sua mulher assassinada num campo de concentração, subiu em palanque, abraçou-se a Getúlio Vargas pela redemocratização do País.

Então, serve para vermos as contradições que a história nos leva a refletir.

Achei importante fazermos este relato para que percebamos que o ser humano tem momentos em sua vida nos quais pode cometer equívocos. Nenhum de nós está ileso a isto.

Então, na biografia do estadista Getúlio Vargas, na minha avaliação pessoal, fica esta mácula, que não quer dizer que desconsidere tantas outras coisas importantes

que Getúlio deixou para nós todos, mas infelizmente, para mim fica claro, indescritível, que nenhuma ditadura serve. E que nós temos que lutar de forma incisiva, permanente, sistemática, pela democracia. A nossa, anã, caminhando, sendo construída, passo a passo, com acertos e com erros, mas, sem dúvida nenhuma, a democracia ainda é o melhor regime para se viver.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer um registro. Nós reiteramos, estávamos já numa discussão a respeito de um projeto da ELEJOR que está nesta Casa, e nós reiteramos o pedido para que a COPEL nos remeta o relatório apurado pela Kroll no que diz respeito à Fundação COPEL.

Há exatamente nove meses estamos aguardando esse relatório, por diversas vezes foi feito esse pedido, nos dois primeiros meses nos foi dito que esse relatório não estava concluso. Entretanto, ele foi concluído no mês de março, e me parece que contrariando aquilo que nós temos aqui como uma promessa que a quinze dias, ou trinta dias no máximo nós teríamos resposta, eu estou há exatamente seis meses aguardando a resposta e o relatório da Kroll.

Espero que antes de nós votarmos qualquer projeto que diga respeito a empresas que porventura tenham sido citadas nesse relatório, possamos ter acesso a esse relatório.

Então, eu aguardo. Amanhã, vou reiterar o pedido para que tenhamos conhecimento, afinal esse relatório é público e eu, como Deputado, acredito que tenho por direito que receber esse relatório conforme pedido feito e aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O Líder do Governo não estando aqui, nós não temos explicação, mas naturalmente V. Exa. estando presente já há também uma deliberação do nosso Partido, do PT, de votar o projeto da ELEJOR apenas após o recebimento desse relatório, o relatório da Kroll, na reunião de ontem.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Folgo em saber, Deputado André Vargas, que V. Exa. e o PT estão tomando uma posição relativa e objetivamente correta, porque é evidente que nós tivemos a CPI da COPEL aqui, o relatório da Kroll que requer o Deputado Veneri é absolutamente necessário para que esta Casa tenha as informações necessárias e esclarecedoras.

Aliás, já senti, na tarde de hoje, que havia um certo movimento no Plenário no sentido de não aprovar esse possível requerimento e transformar a Casa em Comissão Geral para votarmos esse processo.

Então, Sr. Presidente, eu peço a palavra por outro motivo, a história registra, e a Deputada Elza falou, e nós lemos o livro da Olga Benário, também assistimos ao

filme. Mas queremos falar do grande estadista Getúlio Vargas, nos seus 50 anos, e dizer que ele foi efetivamente um Presidente que inovou a lei do trabalho, deu sobretudo força ao nacionalismo, defendeu o Brasil contra os grandes monopólios americanos, europeus, enfim, de países avançados, e unificou o povo brasileiro no sentido de amar aquela bandeira brasileira que prega ordem e progresso, tendo em vista que naquele período os Estados faziam da sua bandeira um movimento maior porque surgiam os movimentos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, de São Paulo, e Getúlio Vargas evidentemente ficou na história do Brasil, e como todos os grandes estadistas, eles passam, acabam morrendo, porque fica o seu legado, fica a sua história. E quem fala muito bem sobre Getúlio Vargas hoje na Gazeta do Paraná num artigo é o Léo de Almeida Neves que tem se manifestado constantemente sobre o trabalhismo brasileiro que passa por Getúlio Vargas, João Goulart, e também pelo recém-falecido, grande líder, estadista brasileiro, Leonel de Moura Brizola.

Queremos também nesta data nos manifestar neste sentido, e dizer que evidentemente Getúlio Vargas está na história do País no presente, e, certamente, a algumas centenas de anos ele sempre será lembrado como aquele que defendeu a empresa estatal, defendeu “o petróleo é nosso”; quando os americanos diziam que aqui não tinha petróleo, Getúlio foi lá e provou, criou uma empresa para explorar o petróleo que, infelizmente, neste momento, estamos constatando que o Governo Lula está colocando à venda aquela extração de petróleo que é fundamental para a soberania do País.

Os americanos têm petróleo por trinta anos, mas assim mesmo eles importam em torno de 50% da sua necessidade, porque querem manter a reserva do petróleo. Nós, brasileiros, deveríamos ter aqui uma lei, uma conduta de não exportar petróleo, a não ser aquele que seja para câmbio técnico, mas não vender a nossa riqueza natural, não vender a nossa soberania e, nesse aspecto, o Governo atual tem feito um grande pecado.

Quero até enaltecer a figura do Governador Roberto Requião que ingressou com uma ADIN tentando inviabilizar essa concorrência e me parece que ainda está tramitando na Justiça Federal e espero que obtenha êxito, porque nós temos que defender sobretudo aquilo que está na nossa Pátria, no nosso Brasil, para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana, mais fraterna e mais igualitária.

É muito fácil simplesmente sentar-se à mesa com os grandes banqueiros e lobistas deste mundo inteiro, dos grandes monopólios e entregar as nossas riquezas naturais, a nossa verdadeira força de progresso, de evolução do povo brasileiro.

Minhas palavras de congratulação ao Governador Requião pela iniciativa. É um exemplo de patriotismo e, evidentemente, o meu repúdio ao Governo Federal, que está colocando à venda o nosso petróleo.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Somente para informar ao Deputado Neivo Beraldin, dizendo que não há nenhuma entrega das bacias petrolíferas; foi uma licitação e a PETROBRAS venceu quase 80% dos lotes porque ela tem tecnologia.

Esse é um bom debate, mas não é de afirmações gerais.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não havia mais quórum para continuidade da Sessão e em que pese a Mesa ter cortado a palavra das Lideranças, inclusive da Liderança do Governo, o Líder se encontrava no Plenário e estava aqui do lado conversando com algumas pessoas que desejavam falar sobre a liderança.

Queria dizer que na terça-feira, na reunião dos Secretários, já foi anunciado ontem pelo Governador Requião que iremos ter a presença do Dr. Assis Corrêa, Pedro Henrique Xavier e Dr. Sérgio Botto, que vão estar explicando e discutindo o relatório com todos os Secretários e com os Deputados que lá estiverem. O relatório, certamente, já foi enviado ou será enviado porque ele é público e virá a esta Casa.

Era esse o esclarecimento que eu queria deixar.

Rapidamente, aproveitando a oportunidade, quero me somar ao Deputado Barbosa Neto nos cinquenta anos da morte de Getúlio Vargas.

Sabemos que Getúlio foi uma pessoa que trouxe ao Brasil uma grande contribuição, transformando o nosso País que era meramente de agricultura, num País de base industrial.

Eu, como petroleiro, tenho orgulho de saber que a PETROBRAS foi criação do Governo Getúlio Vargas, como a CSN e tantas outras, em que pese algumas divergências políticas, mas devemos muito ao ex-Presidente Getúlio Vargas.

Aproveito a oportunidade para dizer que, infelizmente, a Agência Nacional do Petróleo, não imputo ao Lula, Presidente, mas à Agência Nacional do Petróleo, as agências que são um cancro, um câncer que deve ser extirpado. É um rescaldo do ex-Governo Fernando Henrique a criação dessas agências e elas estão acabando com todas as áreas produtivas do nosso País.

A Agência Nacional do Petróleo, infelizmente, está entregando a parte vital da nossa riqueza que é o petróleo. A PETROBRAS adquiriu praticamente 60, 70% das áreas. Até disse que comparava como se eu chegasse na minha casa e tivesse que pagar pelo jantar que vou comer hoje à noite, porque a PETROBRAS é quem, com o seu dinheiro, dinheiro do povo brasileiro, fez toda a exploração de petróleo no País e sabe aonde tem petróleo. Infelizmente, ela teve que comprar uma coisa que é da Nação Brasileira.

Não sou contra as multinacionais aqui virem explorar o petróleo. O que não pode deixar sair do Brasil é essa riqueza que é nossa e que no futuro vamos sofrer por isso.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Elio Rusch e Deputado Stica, o Deputado Tadeu Veneri que no momento também não está, solicitou essa informação que vai ser apresentada aos Secretários e nós aguardamos que antes de ser apresentado aos Secretários porque há nove meses que se aguarda esse relatório, é natural que ele chegue antes a esta Casa, até para valorizarmos o trabalho do Legislativo, que foi feito. Não só pela CPI, pela Comissão de Fiscalização e os trabalhos das Comissões, nós não temos o anúncio, na reunião do secretariado, daquele documento que deveríamos ter aqui nesta Casa.

Também para esclarecer, Deputado Stica, esse debate sobre petróleo era perfeitamente legítimo que tivesse um debate porque é estranho que tenhamos uma ADIN só no sexto leilão. Tivemos cinco leilões, o Sindicato dos Petroleiros se mobiliza há muito tempo em relação a isso e apenas agora a mobilização de um Governador em relação a essa ADIN. O Sindicato dos Petroleiros desde o primeiro leilão sempre o fez. Outros fizeram no sexto leilão.

Passo a palavra à Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Muito obrigado, Presidente, mas eu queria me somar também às homenagens desta Casa.

Aprendi, aliás cresci ouvindo o meu pai, Sr. Ivo, falar do maior estadista do Brasil, Getúlio Vargas. Ele era “getulista” e ficou para mim, inclusive está no nosso gabinete o primeiro plano de governo autografado por ele, entregue ao meu pai na época. Guardo com muito orgulho e também a estátua de Getúlio. Aprendi a admirar e ouvir sempre do meu pai o valoroso homem que foi Getúlio Vargas e nós mulheres também neste momento

prestamos homenagens porque foi ele quem nos deu a oportunidade de votarmos, de sermos votadas. Também valorizou e legalizou, através do Ministério do Trabalho, as leis trabalhistas e dando oportunidade às empregadas domésticas também de ter a sua carteira assinada, férias, salário-mínimo, enfim.

Então, foi um valoroso brasileiro, gaúcho como nós, aliás o Deputado Neivo é da mesma cidade de meus irmãos, Aratiba, Erechim, no Rio Grande do Sul.

Mas, só queria me render também ao Barbosa Neto, Deputado Neivo e faço aqui em nome das mulheres uma homenagem a esse valoroso brasileiro que muito nos deixou. Acho que é bastante importante esta Casa fazer este pronunciamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Também nos somamos às comemorações e às homenagens.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 502, 704, 714/2003, 007, 140 e 266/2004 e dos Projetos de Resolução nºs 011 e 012/2004.

Levanta-se a Sessão.